



Demonstrações Financeiras 2021

Planos Previdenciários

Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – CONSOLIDADA	5
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA	6
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO TRANSITÓRIO	7
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO TRANSITÓRIO.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO TRANSITÓRIO	9
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO MISTO	10
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO MISTO.....	11
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO MISTO	12
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE PECÚLIO	13
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE PECÚLIO	14
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO DE PECÚLIO.....	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
1. CONTEXTO OPERACIONAL	16
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	18
3.1 REGISTRO DO RESULTADO DAS OPERAÇÕES.....	19
3.2 MOEDA FUNCIONAL E DA APRESENTAÇÃO	20
3.3 PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD.....	20
3.4 PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO E RESPECTIVOS ENCARGOS	20
3.5 ATIVOS CONTINGENTES	20
3.6 ATUALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS	21
3.7 SEGREGAÇÃO ENTRE PLANOS	21
3.8 EMPRÉSTIMOS.....	21
3.9 IMOBILIZADO	22
3.10 INTANGÍVEL	22
3.11 OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	23
3.12 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE.....	23
3.13 PIS/COFINS.....	24
3.14 INVESTIMENTOS	24
3.15 RECLASSIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2020	25
4 DISPONÍVEL	27
5 REALIZÁVEL.....	27
5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL	27
5.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA	29
6 INVESTIMENTOS	31
6.1 TÍTULOS PÚBLICOS	32
6.2 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO	35
6.3 RENDA VARIÁVEL	36
6.4 FUNDOS DE INVESTIMENTOS.....	37
6.5 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS.....	38
6.6 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	40
7 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	40
7.1 IMOBILIZADO	40
7.2 INTANGÍVEL	41
8 GESTÃO ASSISTENCIAL	41
9 EXIGÍVEL OPERACIONAL	42
9.1 GESTÃO PREVIDENCIAL	42
9.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA	43
9.3 INVESTIMENTOS	44

10	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	44
10.1	GESTÃO PREVIDENCIAL	44
10.2	GESTÃO ADMINISTRATIVA	46
11	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	48
11.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS.....	48
11.2	EQUILÍBRIO TÉCNICO.....	49
12	FUNDOS	51
12.1	FUNDOS PREVIDENCIAIS.....	51
12.2	FUNDOS ADMINISTRATIVOS.....	52
12.3	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	52
13	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO.....	53
14	CONTINGÊNCIAS ATIVAS	53
15	GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	54
16	CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)	56
17	PARTES RELACIONADAS.....	57
17.1	TRANSAÇÕES COM O PATROCINADOR	57
17.2	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	57
17.3	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS – PESSOAL CHAVE	57
18	COVID-19.....	58
19	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	58
19.1	RESOLUÇÃO CNPC Nº 48, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021	58
19.2	FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES ENERGIA PCH.....	58

Balanço Patrimonial – Consolidado

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R\$mil)

A T I V O	Nota	Reclassificado		
		2021	2020	Variação (%)
<u>DISPONÍVEL</u>	4	449	512	-12,31%
<u>REALIZÁVEL</u>	5	4.045.020	3.773.284	7,20%
Gestão Previdencial	5.1	728.597	784.149	-7,08%
Gestão Administrativa	5.2	12.516	10.849	15,36%
Investimentos	6	3.303.907	2.978.286	10,93%
Títulos Públicos	6.1	1.893.213	1.683.128	12,48%
Ativos Financeiros de Crédito Privado	6.2	87.152	105.262	-17,20%
Renda Variável	6.3	101.751	93.450	8,88%
Fundos de Investimentos	6.4	1.045.643	925.160	13,02%
Investimentos em Imóveis	6.5	101.842	93.047	9,45%
Operações com Participantes	6.6	74.306	78.239	-5,03%
<u>IMOBILIZADO E INTANGÍVEL</u>	7	7.891	7.931	-0,51%
Imobilizado	7.1	7.891	7.930	-0,49%
Intangível	7.2	-	1	-
<u>GESTÃO ASSISTENCIAL</u>	8	137.647	117.704	16,94%
TOTAL DO ATIVO		4.191.006	3.899.431	7,48%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial – Consolidado

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R\$mil)

PASSIVO	Nota	Reclassificado		
		2021	2020	Variação (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	9	17.867	15.126	18,12%
Gestão Previdencial	9.1	9.800	8.430	16,26%
Gestão Administrativa	9.2	2.202	1.670	31,88%
Investimento	9.3	5.865	5.027	16,67%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10	42.597	45.005	-5,35%
Gestão Previdencial	10.1	32.803	36.419	-9,93%
Gestão Administrativa	10.2	9.794	8.585	14,08%
PATRIMÔNIO SOCIAL		3.992.896	3.721.596	7,29%
Patrimônio de Cobertura do Plano	11	3.909.430	3.648.709	7,15%
Provisões Matemáticas	11.1	4.254.097	3.865.414	10,06%
Benefícios Concedidos		3.731.783	3.374.634	10,58%
Benefícios a Conceder		899.537	854.804	5,23%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(377.223)	(364.024)	3,63%
Equilíbrio Técnico	11.2	(344.668)	(216.705)	59,05%
Resultados Realizados		(344.668)	(216.705)	59,05%
(-) Déficit Técnico Acumulado		(344.668)	(216.705)	59,05%
Fundos	12	83.466	72.887	14,51%
Fundos Previdenciais	12.1	13.465	12.498	7,74%
Fundos Administrativos	12.2	49.539	41.991	17,98%
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	12.2	20.461	18.398	11,22%
GESTÃO ASSISTENCIAL	8	137.647	117.704	16,94%
TOTAL DO PASSIVO		4.191.006	3.899.431	7,48%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração da Muta     do Patrimônio Social – Consolidada

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R  mil)

		Reclassificado		
DESCRI����		2021	2020	Varia���� (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	3.721.596	3.229.603	15,23%
	1. Adições	667.986	652.355	2,40%
(+)	Contribuições Previdenciais	226.276	205.242	10,25%
(+)	Portabilidades	312	134	133,58%
(+)	Atualiza���� de Depósitos Judiciais/Recursais	22	-	-
(+)	Outras Adições Previdenciais	3.040	768	296,05%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	409.074	418.803	-2,32%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	960	-
(+)	Receitas Administrativas	24.759	22.558	9,76%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.439	1.781	37,00%
(+)	Constitui���� de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	2.063	2.110	-2,21%
	2. Destinações	(396.686)	(524.957)	-24,43%
(-)	Benefícios	(330.652)	(356.618)	-7,28%
(-)	Resgates	(5.945)	(8.967)	-33,70%
(-)	Portabilidades	(102)	-	-
(-)	Provisão para Perdas Estimadas	(36)	-	-
(-)	Outras Deduções	(27)	(16)	62,72%
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(38.561)	(139.984)	-72,45%
(-)	Constitui���� Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.714)	-	-
(-)	Despesas Administrativas	(19.555)	(19.371)	0,95%
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(51)	-	-
(-)	Constitui���� Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(43)	(1)	5823,50%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	271.300	127.398	112,95%
(+/-)	Provis����es Matemáticas	388.683	121.706	219,36%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(127.963)	(2.616)	4791,53%
(+/-)	Fundos Previdenciais	967	1.231	-21,44%
(+/-)	Fundos Administrativos	7.549	4.967	51,97%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	2.063	2.110	-2,21%
	4. Outros Eventos do Patrimônio Social	-	364.596	-
(+/-)	Outros Eventos do Patrimônio Social	-	364.596	-
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	3.992.896	3.721.596	7,29%
	5. Gestão Assistencial	14.226	25.360	-43,90%
(+)	Receitas Assistenciais	56.932	59.980	-5,08%
(-)	Despesas Assistenciais	(42.706)	(34.620)	23,36%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R\$mil)

Descrição	Reclassificado		
	2021	2020	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	41.991	37.023	13,42%
1. Custeio da Gestão Administrativa	27.198	24.339	11,75%
1.1. Receitas	27.198	24.339	11,75%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	5	7	-36,67%
Custeio Administrativo dos Investimentos	20.845	18.768	11,06%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	606	376	61,00%
Reembolso da Gestão Assistencial	3.052	2.958	3,18%
Receitas Diretas	228	436	-47,62%
Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	22	-	-
Outras Receitas	2	13	-84,93%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.439	1.781	37,00%
2. Despesas Administrativas	19.555	19.371	0,95%
2.1. Administração Previdencial	16.504	16.413	0,55%
Pessoal e encargos	9.361	8.916	4,99%
Treinamentos/Congressos e Seminários	97	97	-0,32%
Viagens e Estadias	17	11	52,77%
Serviços de Terceiros	2.798	2.643	5,87%
Despesas Gerais	2.737	2.148	27,43%
Depreciações e Amortizações	241	1.439	-83,27%
Tributos	1.122	1.025	9,51%
Outras Despesas	130	134	-2,76%
2.3. Administração da Gestão Assistencial – Despesas e Constituição/Reversão de Contingênc	3.052	2.958	3,18%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	43	1	5823,50%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	51	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-5)	7.549	4.967	51,97%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	7.549	4.967	51,97%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	49.540	41.991	17,98%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano Transitório

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R mil)

		Reclassificado		
DESCRI�O		2021	2020	Varia�o (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	663.731	524.878	26,45%
	1. Adições	109.913	85.974	27,84%
(+)	Contribuições	70.168	58.395	20,16%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	38.793	24.510	58,27%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	743	2.888	-74,27%
(+)	Outras Adições	210	182	15,42%
	2. Destinações	(91.147)	(88.978)	2,44%
(-)	Benefícios	(91.047)	(88.920)	2,39%
(-)	Resgates	(48)	(55)	-12,12%
(-)	Provisão para Perdas Estimadas	(25)	-	-
(-)	Outras Deduções	(27)	(4)	536,05%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	18.766	(3.004)	724,69%
(+/-)	Provisões Matemáticas	43.299	(12.581)	444,15%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(24.533)	9.577	-356,16%
	4. Outros Eventos do Patrimônio Social	-	141.857	-
(+/-)	Outros Eventos do Patrimônio Social	-	141.857	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	682.497	663.731	2,83%
	C) Fundos não previdenciais	7.355	7.527	-2,28%
(+/-)	Fundos Administrativos	4.802	5.237	-8,30%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	2.553	2.290	11,48%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Ativo Líquido – Plano Transitório

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R\$mil)

Descrição	Reclassificado		
	2021	2020	Variação (%)
1. Ativo	705.007	687.660	2,52%
Disponível	83	23	257,86%
Recebível	331.243	355.635	-6,86%
Investimentos	373.681	332.002	12,55%
Títulos Públicos	206.066	184.135	11,91%
Ativo Financeiros de Crédito Privados	1.112	3.421	-67,48%
Renda Variável	14.537	13.351	8,88%
Fundos de Investimentos	144.049	121.861	18,21%
Operações com Participantes	7.917	9.234	-14,26%
2. Obrigações	15.155	16.402	-7,60%
Operacional	794	873	-9,05%
Contingencial	14.361	15.529	-7,52%
3. Fundos não Previdenciais	7.355	7.527	-2,28%
Fundos Administrativos	4.802	5.237	-8,30%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	2.553	2.290	11,48%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	682.497	663.731	2,83%
Provisões Matemáticas	716.520	673.221	6,43%
Superávit/Déficit Técnico	(34.023)	(9.490)	258,52%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(34.023)	(9.490)	258,52%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	10.619	8.325	27,56%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(23.404)	(1.165)	1909,52%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Transitório

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R\$mil)

Descrição	Reclassificado		
	2021	2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	700.205	682.423	2,61%
1. Provisões Matemáticas	716.520	673.221	6,43%
1.1. Benefícios Concedidos	864.338	815.029	6,05%
Benefício Definido	864.338	815.029	6,05%
1.2. Benefício a Conceder	-	49	-
Contribuição Definida	-	49	-
Saldo de contas - parcela participantes	-	2	-
Benefício Definido	-	47	-
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(147.818)	(141.857)	4,20%
(-) Déficit equacionado	(147.818)	(141.857)	4,20%
(-) Participantes	-	(53)	-
(-) Assistidos	(147.818)	(141.804)	4,24%
2. Equilíbrio Técnico	(34.023)	(9.490)	258,52%
2.1. Resultados Realizados	(34.023)	(9.490)	258,52%
(-) Déficit técnico acumulado	(34.023)	(9.490)	258,52%
3. Fundos	2.553	2.290	11,48%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	2.553	2.290	11,48%
4. Exigível Operacional	794	873	-9,05%
4.1. Gestão Previdencial	550	670	-17,87%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	244	203	20,05%
5. Exigível Contingencial	14.361	15.529	-7,52%
5.1 Gestão Previdencial	14.361	15.529	-7,52%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano Misto

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R\$mil)

		Reclassificado		
DESCRIÇÃO		2021	2020	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	<u>2.985.258</u>	<u>2.640.273</u>	13,07%
	1. Adições	<u>489.855</u>	<u>400.587</u>	22,28%
(+)	Contribuições	156.113	146.855	6,30%
(+)	Portabilidade	312	134	133,58%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	330.578	253.013	30,66%
(+)	Atualização de Depósitos Judiciais/Recurais	22	-	-
(+)	Outras Adições	2.830	586	382,98%
	2. Destinações	<u>(247.563)</u>	<u>(278.341)</u>	-11,06%
(-)	Benefícios	(239.091)	(267.480)	-10,61%
(-)	Resgates	(5.897)	(8.912)	-33,83%
(-)	Portabilidade	(102)	-	-
(-)	Provisão para Perdas Estimadas	(10)	-	-
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.457)	(1.929)	27,41%
(-)	Custeio Administrativo	(5)	(7)	-35,20%
(-)	Outras Deduções	-	(12)	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>242.292</u>	<u>122.247</u>	98,20%
(+/-)	Provisões Matemáticas	345.384	134.287	157,20%
(+/-)	Fundos Previdenciais	338	152	121,79%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(103.430)	(12.193)	748,25%
	4. Outros Eventos do Patrimônio Social	<u>-</u>	<u>222.738</u>	-
(+/-)	Outros Eventos do Patrimônio Social	-	222.738	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	<u>3.227.550</u>	<u>2.985.258</u>	8,12%
	C) Fundos não previdenciais	<u>62.518</u>	<u>53.462</u>	16,94%
(+/-)	Fundos Administrativos	44.610	37.354	19,42%
(+/-)	Fundos para Garantia das Operações com Participantes	17.909	16.108	11,18%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Ativo Líquido – Plano Misto

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R\$mil)

Descrição	Reclassificado		
	2021	2020	Variação (%)
1. Ativo	3.323.372	3.072.185	8,18%
Disponível	268	297	-9,99%
Recebível	446.765	471.105	-5,17%
Investimentos	2.876.339	2.600.783	10,60%
Títulos Públicos	1.669.238	1.481.527	12,67%
Ativo Financeiros de Crédito Privados	86.040	101.838	-15,51%
Renda Variável	86.953	79.859	8,88%
Fundos de Investimentos	865.877	775.507	11,65%
Investimentos em Imóveis	101.842	93.047	9,45%
Operações com Participantes	66.389	69.005	-3,79%
2. Obrigações	33.303	33.465	-0,48%
Operacional	14.861	12.575	18,18%
Contingencial	18.442	20.890	-11,72%
3. Fundos não Previdenciais	62.518	53.462	16,94%
Fundos Administrativos	44.610	37.354	19,42%
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	17.909	16.108	11,18%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	3.227.551	2.985.258	8,12%
Provisões Matemáticas	3.537.577	3.192.194	10,82%
Superávit/Déficit Técnico	(310.645)	(207.215)	49,91%
Fundos Previdenciais	618	280	120,76%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(310.645)	(207.215)	49,91%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	139.695	133.980	4,27%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(170.950)	(73.235)	133,43%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Misto

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R\$mil)

Descrição	Reclassificado		
	2021	2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	3.278.762	3.034.831	8,04%
1. Provisões Matemáticas	3.537.577	3.192.194	10,82%
1.1. Benefícios Concedidos	2.867.445	2.559.605	12,03%
Contribuição Definida	123.989	79.473	56,01%
Benefício Definido	2.743.456	2.480.132	10,62%
1.2. Benefício a Conceder	899.537	854.755	5,24%
Contribuição Definida	808.840	765.359	5,68%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) /instituidor(es)	353.012	329.254	7,22%
Saldo de contas - parcela participantes	455.828	436.105	4,52%
Benefício Definido	90.697	89.397	1,45%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(229.404)	(222.166)	3,26%
(-) Déficit equacionado	(229.404)	(222.166)	3,26%
(-) Participantes	(6.474)	(6.283)	3,05%
(-) Assistidos	(222.930)	(215.884)	3,26%
2. Equilíbrio Técnico	(310.645)	(207.215)	49,91%
2.1. Resultados Realizados	(310.645)	(207.215)	49,91%
(-) Déficit técnico acumulado	(310.645)	(207.215)	49,91%
3. Fundos	18.527	16.388	13,05%
3.1. Fundos Previdenciais	618	280	120,76%
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	17.909	16.108	11,18%
4. Exigível Operacional	14.861	12.575	18,18%
4.1. Gestão Previdencial	9.250	7.760	19,20%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	5.611	4.815	16,54%
5. Exigível Contingencial	18.442	20.890	-11,72%
5.1 Gestão Previdencial	18.442	20.890	-11,72%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Ativo L  ido – Plano de Pecúlio

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R  mil)

		Reclassificado		
DESCRIÇÃO		2021	2020	Variação (%)
	A) Ativo L��ido - início do exercício	12.218	11.140	9,68%
(+) 1.	Adi��o�es	1.143	1.296	-11,86%
	Resultado Positivo L��ido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.143	1.296	-11,86%
(-) 2.	Destina��o�es	(514)	(218)	135,77%
	Benefícios	(514)	(218)	135,77%
(+) 3.	Acréscimo/Decréscimo no Ativo L��ido (1+2)	629	1.078	-41,69%
	Fundos Previdenciais	629	1.078	-41,69%
	B) Ativo L��ido - final do exercício (A+3)	12.847	12.218	5,14%
(+) C)	Fundos não previdenciais	128	94	36,26%
	Fundos Administrativos	128	94	36,26%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra  o es financeiras

Demonstração do Ativo Líquido – Plano de Pecúlio

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R\$mil)

Descrição	Reclassificado		
	2021	2020	Variação (%)
1. Ativo	12.983	12.319	5,39%
Disponível	29	14	104,63%
Recebível	128	94	36,26%
Investimentos	12.827	12.212	5,04%
Títulos Públicos	7.693	7.466	3,04%
Ativo Financeiros de Crédito Privados	-	1	-
Renda Variável	262	241	8,88%
Fundos de Investimentos	4.872	4.504	8,17%
2. Obrigações	8	7	10,65%
Operacional	8	7	10,65%
3. Fundos não Previdenciais	128	94	36,26%
Fundos Administrativos	128	94	36,26%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	12.847	12.218	5,15%
Fundos Previdenciais	12.847	12.218	5,15%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Provisões Técnicas – Plano de Pecúlio

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(R\$mil)

Descrição	Reclassificado		
	2021	2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (3+4)	12.855	12.226	5,15%
3. Fundos	<u>12.847</u>	<u>12.218</u>	5,15%
3.1. Fundos Previdenciais	12.847	12.218	5,15%
4. Exigível Operacional	<u>8</u>	<u>7</u>	10,65%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	8	7	10,65%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, inscrita no CNPJ nº 82.956.996/0001-78, com sede na Avenida Hercílio Luz, nº 639 - 6º e 7º andar - Ed. Alpha Centauri, foi instituída pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, nas Assembleias Gerais Extraordinárias – AGE de acionistas realizadas em 09 de dezembro de 1969 e 19 de setembro de 1973. A CELOS é uma Entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida pela legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs, pelo seu Estatuto, pelos Regulamentos dos Planos de Benefícios, normas, instruções, planos de ação e demais atos aprovados por seu Conselho Deliberativo, tendo por finalidade:

- Instituir, administrar e executar planos de natureza previdenciária aos Empregados das Patrocinadoras que assinaram ou que venham a assinar o Convênio de Adesão, conforme consta no Estatuto e nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, na forma da lei;
- Administrar e executar planos de assistência à saúde, referido no art. 76 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, destinado aos Participantes Ativos e Assistidos – e seus respectivos beneficiários, observadas as leis e regulamentos aplicáveis à Saúde Suplementar;
- Estabelecer acordo, contrato ou convênio com entidade de direito público ou privado, objetivando a consecução de seus objetivos; e
- Manter o Plano de Pecúlio, instituído em 1997, mediante contribuição específica definida em nota técnica atuarial anual, respeitada a legislação pertinente.



A CELOS, conforme definido nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios e Resolução CNPC nº 41, de 09 de junho de 2021, administra os seguintes Planos Previdenciários:

 **Plano Transitório** – CNPB 19.960.052-19 – Tipo do Plano: Benefício Definido.

Plano fechado para novas adesões desde janeiro de 1997, sendo que no exercício 2020, um aposentado por invalidez teve seu benefício suspenso pelo INSS, retornando à condição de Ativo e retornou à condição de Assistido em 2021.

 Plano Misto – CNPB 19.960.051-38 – Tipo do Plano: Contribuição Variável/Contribuição Definida.

Plano de Contribuição Definida durante a capitalização e Benefício Definido no gozo dos benefícios. Instituído em 01 de janeiro de 1997, sendo que o processo de migração do Plano Transitório para o Plano Misto ocorreu de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000, com 98% de migração dos Participantes Ativos. Para os Participantes que aderiram ao Plano a partir da versão 14 do Regulamento, aprovado pela PREVIC em 16 de julho de 2018, o Plano Misto passou à categoria de Contribuição Definida, tanto na fase de capitalização quanto na fase de gozo dos benefícios.

 Plano de Pecúlio – CNPB 19.970.023-29 – Tipo do Plano: Benefício de Risco.

Plano aprovado pela SPC/MPAS, por meio do Ofício nº 546 SPC/CGOF/COJ, de 19 de agosto de 1997, sendo que as atualizações dos valores de cobertura ocorrem em outubro de cada ano pelo indexador atuarial do Plano. Sua cobertura se dá por morte natural, morte acidental (três vezes o valor da morte natural) ou invalidez do Participante, reconhecida por um dos regimes de previdência oficial, em decorrência de acidente do trabalho ou doença do trabalho, cujo fato gerador seja posterior à sua adesão (pagamento de 75% da morte natural).

Destaca-se que a CELOS possuía em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o seguinte perfil de Participantes:

TABELA 1 – QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

	2021			2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio
Ativos	-	3.485	3.413	1	3.097	3.046
Assistidos	940	3.598	261	979	3.520	268
Pensionista	974	388	-	984	358	-
Autopatrocinados	-	7	5	-	10	6
BPD (a)	-	8	6	-	7	4
Total	1.914	7.486	3.685	1.964	6.992	3.324

(a) BPD - Benefício Proporcional Diferido

Fonte: Cadastro Unificado CELOS

A idade média dos Participantes dos Planos Previdenciários da CELOS por condição de sócio é:

TABELA 2 – IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES

	2021			2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio
Ativos	-	41	41	56	42	42
Assistidos	78	64	65	77	64	65
Pensionista	75	61	-	74	61	-
Autopatrocinados	-	46	46	-	48	47
BPD (a)	-	42	42	-	48	50

(a) BPD - Benefício Proporcional Diferido

Fonte: Cadastro Unificado CELOS

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da CELOS estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs, especificamente a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, e Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e não circulantes, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura de planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas a gestão previdencial, assistencial, administrativa e o fluxo dos investimentos proporcionem informações adequadas, confiáveis e relevantes, em conformidade com o item 63 da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 26. As Demonstrações são apresentadas de maneira consolidada e também por cada um dos Planos de Benefícios, quando aplicável.

A autorização para a conclusão destas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria Executiva da CELOS em 04 de fevereiro de 2022, submetendo-se à aprovação do Conselho Deliberativo e apreciação do Conselho Fiscal.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração deste documento foram utilizadas estimativas e premissas para registrar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, a avaliação da carteira de investimento, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, ativos e passivos relacionados aos Participantes, Assistidos e Empregados, e os cálculos atuariais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá, eventualmente, resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando um acompanhamento permanente destas estimativas, a Entidade revisa, conforme o caso, as metodologias e premissas inerentes anualmente.



O resultado de cada Plano de Benefício, do Administrativo e do Consolidado, é apurado mensalmente de acordo com o princípio contábil da competência e demais princípios aplicáveis, verificados em todos os registros contábeis, além das disposições da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e da Instrução Normativa PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020.

Conforme art. 30, da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido ao resultado, respectivamente, para fins de apuração de superávit ou déficit.

O valor do ajuste de precificação mencionado corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, com base na sua taxa de juros, levados até o vencimento.

De acordo com o art. 20 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o Superávit Técnico apurado é destinado à formação de Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula $[(10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})) \times \text{Provisão Matemática}]$, o que for menor, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. Ultrapassado esse limite, a parcela excedente deverá ser destinada e contabilizada em "Reserva Especial para Revisão de Plano", podendo ser utilizada nos termos dos parágrafos do artigo supracitado e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. O superávit ou déficit técnico são demonstrados pela sua totalidade, sem distinção dos valores apurados no exercício.

Também em atenção ao parágrafo único – art. 15 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o limite citado anteriormente é calculado sobre a totalidade das Provisões Matemáticas que representam a parte dos benefícios estruturados como Benefício Definido, conforme classificação estabelecida pela Resolução CNPC nº 41, de 09 de junho de 2021.

Com base no art. 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, deverá ser elaborado até o final do exercício subsequente um plano de equacionamento do superávit ou déficit técnico acumulado que ultrapassar o limite calculado pela seguinte fórmula $[1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}]$, devendo este, dentro do prazo, ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.

3.1 Registro do resultado das operações

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil da competência de exercícios. Ressalta-se que o § 2º do art. 10 da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, prevê que os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de Contribuição Definida e Contribuição Variável poderão ser efetuados com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios. Entretanto, vale salientar que as contabilizações relativas às contribuições e aos pagamentos de benefícios dos Planos administrados pelos CELOS, foram efetuadas pelo regime de competência.

As Rendas/Variações Positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2 Moeda funcional e da apresentação

As Demonstrações Financeiras são elaboradas em R\$ mil, que é a sua moeda funcional e de apresentação, uma vez que o ambiente econômico em que a Entidade opera é nacional. Ressalta-se que os respectivos valores podem apresentar diferenças se somados individualmente devido ao arredondamento de casas decimais.

3.3 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no art. 19 da Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, e suas alterações posteriores.

Na constituição da provisão, referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

3.4 Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço, mais a diferença de 50% e 13º salários são provisionados no Plano de Gestão Administrativa – PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.5 Ativos Contingentes

A CELOS é credora de valor a receber perante o Tesouro Nacional em função do Fundo Nacional de Desenvolvimento, haja vista a ação judicial movida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, Entidade da qual a CELOS é associada, que ingressou na condição de substituto processual de suas associadas que possuíam títulos de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFNDs adquiridos em função do Decreto-Lei nº 2.228/86, alterado pelo DC 2383/87 (ver Nota Explicativa nº 14).

3.6 Atualização dos depósitos judiciais

Os depósitos judiciais registrados no patrimônio dos Planos foram atualizados até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 a atualização dos depósitos judiciais ocorreu somente por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da Entidade.

3.7 Segregação entre Planos

Os ativos e passivos, bem como as receitas e despesas, possuem forma de segregação real.

- **Segregação Real:** A forma de registro, controle e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios são individualizadas na aplicação dos recursos, ou seja, a Entidade adota o padrão multifundo para seus Planos.
- **Segregação por cotas:** Forma de registro, controle e acompanhamento dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios em que não há individualização na aplicação dos recursos (unifundo), sendo necessário definir um procedimento para cotizar os investimentos de cada Plano de Benefícios.

3.8 Empréstimos

Correspondem às operações com Participantes Ativos e Assistidos e estão registradas pelo valor atualizado dos débitos oriundos de empréstimos concedidos pela CELOS, permitidos pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

As concessões de empréstimos à Participantes Ativos e Assistidos têm como base os seguintes prazos e condições:

- **Líquido disponível:**
 - Participantes Ativos e Vinculados ao Plano de Demissão: a margem consignável para o cálculo do líquido disponível será de 20% da remuneração fixa, deduzidas as pensões judiciais, quando houver;
 - Participantes Assistidos: a margem consignável para cálculo do líquido disponível será de 30% do valor bruto do benefício, deduzidas as pensões judiciais, quando houver;
 - Participantes Assistidos que recebem o valor de benefício até o piso salarial: além das pensões judiciais, serão deduzidas também as contribuições do Plano CELOS Saúde, quando houver; e
 - Será aplicada a tabela de redução escalonada do líquido disponível para os Participantes Ativos e Assistidos inadimplentes, com a redução de 1% para cada registro de inadimplência total ou parcial das parcelas de empréstimo, independente do contrato em vigor, observando o histórico de pagamento dos últimos 24 meses.
- **Inadimplência Parcial:**
 - Será utilizada uma margem de tolerância de até 5% do valor da parcela para que os pagamentos parciais sejam considerados inadimplência. Excedidos os 5% de tolerância, o

pagamento parcial será contabilizado para a aplicação da redução escalonada do líquido disponível.

- **Carência por inadimplência:**
 - Nas situações de inadimplência, principalmente as que demandem execução judicial, a concessão de novo empréstimo estará sujeita à carência de 12 (doze) meses, sendo possível apenas renegociação do saldo devedor.
- **Limite do valor da concessão:**
 - O valor emprestado será limitado a 100% do saldo da Conta Individual de Aposentadoria (CIAP).
- **Prazo de amortização e taxa de juros:**
 - Prazo normal de concessão de 01 a 60 prestações mensais e consecutivas;
 - Prazo especial para concessão de até 84 meses somente para renegociações, sem liberação de novos recursos (repactuação “sem dinheiro novo”), mediante análise prévia e aprovação da Comissão de Análise de Crédito e da Diretoria Executiva; e
 - Taxa de juros de 0,60% ao mês, aplicados “pro rata die”, quando for o caso.

Para Participantes Ativos ou Assistidos com idade acima de 70 anos, o prazo máximo para concessão será de até 60 prestações, conforme Regulamento vigente, para análise, concessão de crédito e cobrança de débitos de empréstimos da CELOS.

3.9 Imobilizado

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da CELOS são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem, estimada na aquisição à base das seguintes alíquotas anuais:

TABELA 3 – DEPRECIAÇÃO

Descrição	Alíquota Anual
Instalações em Geral	10%
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos (exceto Utilitários)	20%
Ventiladores - Refrigeradores de Ar	25%

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Os imóveis de uso próprio (administrativo) seguem a vida útil estimada pelo laudo de reavaliação.

3.10 Intangível

Os custos de desenvolvimento de programas computacionais registrados no grupo Intangível têm a amortização iniciada após a conclusão de sua implantação pelo prazo de 60 meses. No registro contábil das amortizações, a CELOS observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada mensalmente como redutora em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do PGA;
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível independe da existência do resultado do PGA.

3.11 Operações Administrativas

O Plano de Gestão Administrativa – PGA tem por finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade e teve o seu regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo 03/2021, de 26 de fevereiro de 2021, com vigência retroativa a 01 de janeiro de 2021, em que definiu todos os requisitos para a sua operacionalização.

O patrimônio do PGA é segregado por Planos de Benefícios Previdenciais e constituído pelas receitas (taxa de administração previdencial, taxa de administração sobre empréstimos, reembolso de algumas despesas administrativas de investimentos e diretas, e reembolsos administrativos das atividades assistenciais), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores, Participantes Ativos e Assistidos dos Planos Previdenciários.

As receitas administrativas da CELOS são debitadas aos Planos Previdenciários em conformidade com o plano de custeio vigente. Os valores relativos à taxa de administração da Gestão Assistencial são apurados em valores equivalentes às despesas administrativas assistenciais e devidamente reembolsados.

A partir de 2016, a CELOS adotou a taxa de administração em substituição à taxa de carregamento, passando a aplicar o percentual de 0,55% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios, sendo esta taxa descontada diariamente, equivalendo ao desconto de 0,00217% sobre os recursos garantidores dos Planos Previdenciários. Em 2017 passou para 0,60%, em 2018 para 0,66%, em 2019, 2020 e 2021 se manteve em 0,66%.

Para determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada Plano, a CELOS utiliza os seguintes critérios:

- O saldo do fundo administrativo de cada Plano é proporcional ao saldo dos recursos garantidores do referido Plano Previdenciário;
- A Entidade adota a métrica de proporção pelo montante do patrimônio financeiro dos Planos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da CELOS, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que vigorou até 31 de dezembro de 2021, sendo revogada pela Resolução CNPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021, que passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.

3.12 Imposto de Renda na Fonte

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações.

3.13 PIS/COFINS

As contribuições para o PIS e para a COFINS são apuradas de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, a qual revogou, dentre outras, as Instruções Normativas SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e nº 1.285, de 13 de agosto de 2012, que foram utilizadas, até a data de sua revogação, para a apuração da base de cálculo e alíquota para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs. Essas contribuições foram contestadas pela CELOS e estão sendo depositadas em juízo.

3.14 Investimentos

Para o registro dos investimentos foram observados os critérios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme suas alçadas de competência. O conjunto dessas regras foi aplicado tanto para os investimentos em carteira própria da CELOS quanto também para aqueles em Fundos de Investimentos Exclusivos.

É importante observar que a disposição das contas sofreu alteração através da Instrução Normativa nº 31, de 20 de agosto de 2020, de modo que a abertura das aplicações passou a ser feita de forma mais intuitiva. Com essa atualização, a aplicação das regras contábeis compreende os seguintes procedimentos e categorias:

- **Títulos Públicos:** Ativos emitidos por entidades públicas, notavelmente o Tesouro Nacional, podendo ser classificados em Títulos para Negociação (Marcação a Mercado – MtM), que são precificados pelo seu valor de mercado auferido no fechamento do exercício a partir de fontes independentes; ou então marcados como Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcação na Curva – HtM), que são precificados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos no período.
- **Ativos Financeiros de Crédito Privado:** Ativos emitidos por entidades privadas, notavelmente empresas, sendo classificados sempre como Títulos para Negociação (Marcação a Mercado – MtM) e precificados pelo seu valor de mercado auferido no fechamento do exercício a partir de fontes independentes.
- **Renda Variável:** Enquadram-se aqui as ações, bônus e recibos de depósitos, sempre com seu preço ajustado pelo valor de mercado na data do fechamento do exercício. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações decorrentes de investimentos em ações foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas.
- **Fundos de Investimentos:** Enquadram-se na conta os fundos de qualquer classificação, sempre registrados com base no valor das cotas na data de fechamento do exercício. As cotas, por sua vez, consideram o valor de mercado ou o melhor valor estimado para os ativos que compõem as carteiras dos fundos.
- **Derivativos:** Nesta conta são registradas todas as opções, termos e Swaps, sempre pelo seu preço de mercado auferido de fontes independentes no fechamento do exercício. O investimento em

derivativos obedece às limitações impostas pela legislação pertinente quanto à exposição e garantias aceitáveis.

- **Investimentos no Exterior:** A conta engloba tanto ações quanto títulos emitidos por empresas ou tesouros de outros países; a forma de precificação desses ativos é realizada por preço de mercado.
- **Investimentos em Imóveis:** Nesta conta são registrados os imóveis prontos para uso, que são considerados por seu valor de mercado obtido através de laudo de avaliação de empresa independente.
- **Operações com Participantes:** Operações de empréstimos que são registrados pelo valor concedido acrescido de atualização monetária e juros pactuados. Os empréstimos inadimplentes seguem as regras de provisão estabelecidas, conforme mencionado no item 3.6.

3.15 Reclassificação das Demonstrações Financeiras de 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e Demonstrações Financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2020 consolidadas e individualizadas dos Planos Previdenciais e de Gestão Administrativa foram ajustadas para fins comparativos com o exercício de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeiras de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: “Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas”.

Os principais ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais estão descritos a seguir:

Balanço Patrimonial Consolidado

Reclassificação dos contratos com a Patrocinadora Celesc Distribuição S.A. do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$364.596mil. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio, aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

Adições: abertura dos valores de Contribuições nos seguintes grupos: Contribuições Previdenciais no valor de R\$205.242mil e Portabilidade no valor de R\$134mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das Adições totais nem o Patrimônio Social no exercício de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios nos seguintes grupos: Benefícios no valor de R\$71.262mil e Resgates no valor de R\$8.967mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das Destinações totais nem o Patrimônio Social no exercício de 2020.

Registro **Outros Eventos do Patrimônio Social** representando o evento permutativo transferido dos contratos da Patrocinadora Celesc Distribuição S.A. do Patrimônio Social para o Realizável Previdencial no valor de R\$364.596mil.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

Até o exercício de 2020 os valores das despesas administrativas eram apresentadas de forma segregada entre Administração Previdencial, Administração dos Investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais, nem no Saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Transitório

Destinações: abertura dos valores de Benefícios nos seguintes grupos: Benefícios no valor de R\$88.920mil e Resgates no valor de R\$55mil. A reclassificação realizada não alterou as Destinações totais nem o valor do Ativo Líquido do exercício de 2020.

Demonstr  o do Ativo Líquido do Plano Transitório

Registro **Outros Eventos do Ativo Líquido** representando a transferência permutativa dos contratos com a Patrocinadora Celesc Distribuição S.A. no valor de R\$141.857mil, alterando o total do Ativo Líquido.

Demonstr  o das Provisões Técnicas do Plano Transitório

Reclassificação dos contratos com a Patrocinadora Celesc Distribuição S.A. do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$141.857mil. Essa reclassificação ocasionou um aumento no Ativo Realizável Previdencial e Passivo Provisões Matemáticas.

Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido do Plano Misto

Adições: abertura dos valores de Contribuições nos seguintes grupos: Contribuições Previdenciais no valor de R\$146.855mil e Portabilidades no valor de R\$134mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das Adições totais nem o Ativo Líquido do Plano no exercício de 2020.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios nos seguintes grupos: Benefícios no valor de R\$267.480mil e Resgates no valor de R\$8.912mil. A reclassificação realizada não alterou as Destinações totais nem o valor do Ativo Líquido do exercício de 2020.

Demonstr  o do Ativo Líquido do Plano Misto

Registro **Outros Eventos do Ativo Líquido** representando a transferência permutativa dos contratos com a Patrocinadora Celesc Distribuição S.A. no valor de R\$222.728mil, alterando o total do Ativo Líquido.

Demonstr  o das Provisões Técnicas do Plano Misto

Reclassificação dos contratos com a Patrocinadora Celesc Distribuição S.A. do grupo de contas Provisões Matemáticas do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$222.738mil. Essa reclassificação ocasionou um aumento no Ativo Realizável Previdencial e Passivo Provisões Matemáticas.

4 DISPONÍVEL

Os saldos desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão representados por numerário mantido em conta corrente para pagamento da folha de Assistidos e terceiros, conforme demonstrado a seguir:

TABELA 4 – DISPONÍVEL (R\$ MIL)

	2021					2020				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Caixa	-	4	-	1	5	-	-	-	1	1
Banco do Brasil	28	210	3	23	264	8	213	5	165	392
Credelesc	-	14	-	2	16	1	71	-	-	72
Bradesco	54	39	26	44	164	14	13	9	10	46
Total	83	268	29	70	449	23	297	14	177	512

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

5 REALIZÁVEL

5.1 Gestão Previdencial

Este grupo de contas é constituído de Recursos a Receber relativos às contribuições para o Plano de Benefícios, Adiantamentos, Depósitos Judiciais/Recursais e Outros Realizáveis, conforme segue:

TABELA 5 – REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL (R\$ MIL)

	2021			Reclassificado 2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Recursos a Receber	319.764	398.950	718.713	343.551	428.928	772.479
Contribuições do Mês	2.552	4.325	6.877	2.320	12.688	15.008
Contribuições em Atraso	1	22	23	4	21	25
Contribuições Contratadas	317.211	394.603	711.814	341.227	416.219	757.446
Adiantamentos	102	2	103	95	-	95
Depósitos Judiciais/Recursais	6.563	3.181	9.743	6.744	4.785	11.529
Outros Realizáveis	13	24	37	8	38	46
Total	326.441	402.156	728.597	350.398	433.751	784.149

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

No grupo contábil Recursos a Receber são registradas as contribuições normais do mês de dezembro de 2021, recebidas no mês posterior, contribuições normais em atraso e contribuições contratadas, que se referem a serviço passado.

Já na rubrica Contribuições Contratadas estão registrados os seguintes contratos:

TABELA 6 – REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS (R\$ MIL)

	2021			Reclassificado 2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Serviço Passado Contratado	169.367	164.365	333.732	199.369	193.481	392.850
Déficit Técnico Contratado	147.844	230.239	378.082	141.857	222.738	364.596
Total	317.211	394.603	711.814	341.227	416.219	757.446

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

O contrato de Serviço Passado Contratado é decorrente do contrato firmado com a Patrocinadora Celesc Distribuição S.A. em 30 de novembro de 2001, para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas, com a incidência de juros à taxa de 6% ao ano e atualização mensal pela variação do indexador atuarial (IPCA a partir de outubro de 2010), tendo como objeto a amortização da dívida consolidada da antiga reserva matemática, por parte da Celesc, conforme assegurado no Regulamento vigente do Plano Transitório e do Plano Misto.

Em 27 de agosto de 2021 o CNPC publicou a Resolução CNPC nº 42, de 06 de agosto de 2021, que revogou a Resolução CGPC nº 17, de 11 de junho de 1996, e estabeleceu novas regras para o contrato de confissão de dívida firmado entre Patrocinadores e Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs. A referida Resolução definiu que as Entidades devem formalizar junto aos Patrocinadores, por meio de instrumento contratual, as obrigações pactuadas relativas a equacionamento de déficit, serviço passado, contribuições em atraso e outras obrigações. A CELOS contratou Parecer Jurídico ao escritório Junqueira de Carvalho acerca da necessidade de adequação dos contratos já firmados à nova Resolução. A conclusão do Parecer foi no sentido de que a Resolução CNPC nº 42, de 06 de agosto de 2021, não tem efeitos retroativos, de forma que os contratos já firmados não carecem de ajustes.

Em 31 de dezembro de 2021, restavam 36 parcelas a pagar. Ressalta-se que durante o exercício de 2020, devido a situação financeira da Patrocinadora Celesc Distribuição S.A., em função do cenário de pandemia do COVID-19, foi solicitado pela Celesc a suspensão dos pagamentos das parcelas a amortizar de nº 221 a 228, do Contrato de Reserva Matemática. Desta forma, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo do Contrato de Reserva que previu a suspensão dos pagamentos de maio a dezembro de 2020, conforme aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade, registrada na Ata COD 10/2020, de 28 de abril de 2020. Em janeiro de 2021 foi retomada a normalidade dos desembolsos das parcelas mensais.

TABELA 7 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS – SERVIÇO PASSADO CONTRATADO (R\$ MIL)

	2021			2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Saldo Anterior	199.369	193.481	392.850	191.226	185.578	376.805
Valores Recebidos	(56.481)	(54.812)	(111.293)	(14.602)	(14.171)	(28.773)
Indexador / Juros	26.478	25.696	52.175	22.745	22.073	44.819
Saldo Atual	169.367	164.365	333.732	199.369	193.481	392.850

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Vale destacar que este contrato possui como garantia a utilização preferencial dos recursos que serão creditados em contas da Celesc junto aos bancos credenciados, oriundo da cobrança de faturas de energia elétrica.

Já o contrato de Déficit Técnico Contratado deve-se ao registro da dívida da Patrocinadora Celesc Distribuição S.A. relativo ao déficit técnico com cláusula de reajuste atuarial registrados como Provisões Matemáticas a Constituir no Patrimônio Social até 2020, em que a partir de 2021 foram transferidos para o Ativo Realizável da Gestão Previdencial.

No grupo contábil Adiantamentos constam os valores referentes ao adiantamento de benefícios de recursos relativos à Gestão Previdencial que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.

O grupo contábil Depósitos Judiciais/Recursais representa o total depositado em juízo relativo às contingências passivas da Gestão Previdencial (ver **Nota Explicativa nº 10.1**).

TABELA 8 – REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS (R\$ MIL)

	2021			2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Depósitos Judiciais	6.545	3.142	9.686	6.726	4.746	11.472
Depósitos Recursais	18	39	57	18	39	57
Saldo Atual	6.563	3.181	9.743	6.744	4.785	11.529

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Por fim, a variação no grupo Outros Realizáveis decorre de parcelamentos de acordos de empréstimos e de transferências de valores entre os Planos, em virtude do processo de segregação real do patrimônio dos Planos, conforme segue:

TABELA 9 – REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – OUTROS REALIZÁVEIS (R\$ MIL)

	2021			2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Parcelamento	-	5	5	-	17	17
A receber dos Planos	13	19	32	8	21	30
Total	13	24	37	8	38	46

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Ressalta-se que a variação nos respectivos parcelamentos se deve ao provisionamento das parcelas em atraso.

5.2 Gestão Administrativa

A composição da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é:

TABELA 10 – REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (R\$ MIL)

	2021	Reclassificado 2020
Contas a Receber	279	109
Responsabilidade de Empregados	201	73
Responsabilidade de Terceiros	15	18
Outros Recursos a Receber	63	18
Depósitos Judiciais/Recursais	9.794	8.585
Tributos a Compensar	131	131
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.024	1.764
Outros Realizáveis	287	259
Total	12.516	10.849

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

No grupo contábil de Contas a Receber é registrada a rubrica Responsabilidade de Empregados, que se refere a adiantamentos de salário e viagens, bem como de 13º salário. Já na rubrica Responsabilidade de Terceiros está contabilizado o seguro predial do Edifício Alpha Centauri (sede da Entidade) e Beira-Mar Continental (sala de contingência), desativada no decorrer de 2020 em razão da contratação de empresa especializada para a realização do mesmo serviço; seguro do automóvel; além das garantias de *hardware*. Por fim, a rubrica Outros Recursos a Receber se refere aos valores a receber do Plano CELOS Saúde a título de rateio de despesas e reembolsos administrativos.

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais/Recursais se refere aos valores de PIS e COFINS depositados judicialmente no período de junho de 2006 a setembro de 2007, Processo nº 0006189-66.2006.404.7200/SC, com julgamento final a favor da CELOS, mas ainda pendente da homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB. Vale destacar que foi impetrado também o mandado de segurança com pedido de liminar contra os recolhimentos realizados a partir de 2015 de PIS e COFINS, por meio do Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis/SC. O objetivo é questionar a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da atividade ou objeto principal da CELOS, tendo em vista que a Entidade não apura receita. Em maio de 2021 foi determinada a devolução dos autos ao tribunal de origem, para que o processo permaneça suspenso até julgamento do RE 609.096 RG (Tema n. 372), em regime de repercussão geral.

A CELOS também ingressou, em setembro de 2015, com ação ordinária com pedido de antecipação de tutela e de repetição de indébito, por meio do Processo nº 5019225-75.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis/SC, contra o recolhimento de contribuições incidentes sobre as remunerações pagas à Empregados (SAT de 0,5%, Salário Educação de 2,5% e INCRA de 0,2%), cujos valores são mensalmente depositados em conta judicial.

As decisões de 1º e 2º grau foram favoráveis à CELOS, tendo o Judiciário declarado não serem exigíveis as contribuições ao INSS, ao SAT/RAT, ao Salário Educação e ao INCRA incidentes sobre as verbas pagas pela CELOS, a seus empregados, a título de 1/3 de férias, de abono de férias previsto nos Acordos Coletivos de Trabalho e de aviso prévio indenizado. A União foi condenada a devolver os valores pagos ao mesmo título, nos 5 (cinco) anos antecedentes à propositura da Petição Inicial, acrescidos de correção monetária.

A União então interpôs Recurso Extraordinário, cuja competência para julgamento é do Supremo Tribunal Federal – STF. Porém, antes da remessa dos autos para o STF, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 determinou que o processo ficasse “sobrestado” (leia-se: suspenso), até que fosse julgado pelo STF outro processo com discussão idêntica (Alcance da expressão “folha de salários”, para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações).

Em outubro de 2017 o andamento deste processo foi retomado, visto que o STF emitiu seu entendimento sobre o assunto: Tema STF nº 20 - A contribuição social a cargo do empregador incide sobre ganhos habituais do empregado, quer anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional nº 20/1998. (RE nº 565.160/SC).

Em abril de 2018 o processo retornou a Turma do TRF que reafirmou seu posicionamento anterior, acerca da procedência do pedido da CELOS. A União então interpôs recursos especial e extraordinário. O TRF determinou que estes recursos ficassem suspensos até que fosse julgado este assunto no STF (Tema 985 – há recurso com a mesma matéria pendente de julgamento do STF). Contra esta decisão a CELOS opôs embargos de declaração (trata-se de um pedido de esclarecimentos ao Juízo) que foram rejeitados. O processo está aguardando manifestação do Juiz Relator.

Também estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais/Recursais os depósitos recursais de processos trabalhistas movidos contra a CELOS.

TABELA 11 – REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS (R\$ MIL)

	2021	2020
Depósitos Judiciais	9.733	8.475
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 0006189-66.2006.404.7200/SC)	2.704	2.704
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC)	6.611	5.432
Depósitos de INSS	419	340
Depósitos Recursais	61	110
Depósitos de Processos Trabalhistas	61	110
Total	9.794	8.585

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Já a variação da rubrica Tributos a Compensar deve-se a valores tributários a serem recuperados em virtude de divergências de recolhimento, sendo estes compostos por tributos federais que serão analisados e restituídos no próximo exercício.

A rubrica Custeio Administrativo dos Investimentos refere-se aos recursos a receber dos Planos de Benefícios correspondente ao Custeio Administrativo dos Investimentos para a cobertura das despesas administrativas. Ressalta-se que até 2020 este registro era realizado na rubrica Outros Realizáveis, em “a receber” dos Planos.

O saldo de Outros Realizáveis se refere ao almoxarifado, transferência de valores entre os Planos Previdenciários e PGA em virtude do processo de segregação real do patrimônio dos Planos Transitório e Misto e cotas de cooperativas, conforme segue:

TABELA 12 – REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA – OUTROS REALIZÁVEIS (R\$ MIL)

		<i>Reclassificado</i>
	2021	2020
Almoxarifado	9	9
A receber dos Planos	22	-
Cotas de Cooperativas	255	250
Total	287	259

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

6 INVESTIMENTOS

Os recursos garantidores dos Planos são alocados de acordo com a Política de Investimentos de cada Plano, as quais são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo. A Política de Investimentos é o documento que determina estrategicamente as diretrizes da aplicação dos recursos, apresentando limites, características de risco e ativos elegíveis. Todos os Planos da CELOS possuem segregação real de ativos.

O Realizável dos Investimentos é composto pelas contas de Títulos Públicos, Ativos Financeiros de Crédito Privado, Renda Variável, Fundos de Investimentos, Investimentos em Imóveis e Operações com Participantes, como consta a seguir:

TABELA 13 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2021					2020				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Títulos Públicos	206.066	1.669.238	7.693	10.216	1.893.213	184.135	1.481.527	7.466	10.000	1.683.128
Ativos Financeiros de Crédito Privado	1.112	86.040	-	-	87.152	3.421	101.838	1	2	105.262
Renda Variável	14.537	86.953	262	-	101.751	13.351	79.859	241	-	93.450
Fundos de Investimentos	144.049	865.877	4.872	30.845	1.045.643	121.861	775.507	4.504	23.287	925.160
Investimentos em Imóveis	-	101.842	-	-	101.842	-	93.047	-	-	93.047
Operações com Participantes	7.917	66.389	-	-	74.306	9.234	69.005	-	-	78.239
Total	373.681	2.876.339	12.827	41.061	3.303.907	332.002	2.600.783	12.212	33.290	2.978.286

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

A rentabilidade do Plano Transitório e do Plano Misto em 2021 foi de 13,29% e 11,99%, respectivamente; a meta atuarial para ambos os Planos, no período, ficou em 16,16%.

Já o Plano de Pecúlio e o Plano de Gestão Administrativa – PGA apresentaram em 2021 rentabilidades de 9,43% e 6,80%, respectivamente; no caso desses Planos, o objetivo de rentabilidade era de 4,42%.

O detalhamento da rentabilidade, por tipo de investimento, pode ser observado abaixo:

TABELA 14 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – RENTABILIDADE DOS PLANOS (R\$ MIL)

Tipos de Investimentos	Plano Transitório		Plano Misto		Plano de Pecúlio		PGA		Total de Recursos
	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	
Renda Fixa	232.452	14,87%	1.782.591	15,52%	11.159	9,99%	39.331	6,99%	2.065.533
Renda Variável	48.934	-11,45%	332.507	-11,21%	872	-2,82%	-	-	382.313
Investimento Estruturado	72.054	17,63%	471.968	17,46%	740	35,37%	1.730	1,74%	546.492
Investimentos Imobiliários**	5.079	-3,08%	182.123	-2,55%	56	1,75%	-	-	187.258
Investimento Exterior	7.245	36,57%	40.761	36,13%	-	-	-	-	48.005
Operações com Participantes	7.917	18,27%	66.390	18,77%	-	-	-	-	74.307
Total* (a)	373.681	13,29%	2.876.339	11,99%	12.827	9,43%	41.061	6,80%	3.303.907

(a) A diferença visualizada entre a rentabilidade dos segmentos e a do Plano decorre da dedução de despesas da carteira.

* Patrimônio conforme definido pela PREVIC – excluindo contratos de dívida com patrocinadoras.

** O investimento imobiliário engloba investimentos realizados em títulos de renda fixa lastreados em imóveis, conforme preconizado pela Resolução CMN nº 4.661/18.

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

6.1 Títulos Públicos

Os Títulos Públicos constantes nas carteiras dos Planos compreendem Notas do Tesouro Nacional – NTN das Séries B e C, que garantem rentabilidade real desde que mantidas até o vencimento, pois seu rendimento é composto por duas variáveis: taxa prefixada de juros e a variação da inflação (IPCA no caso da Série B e IGPM no caso da Série C).

Os Títulos Públicos podem ser contabilizados a Mercado (MtM) ou pela Curva (HtM). O procedimento de marcação a mercado (MtM) compreende o registro pelos preços transacionados no mercado. Já no procedimento de marcação pela curva (HtM) o valor do título corresponderá ao custo de aquisição acrescido da atualização pelo indexador e juros vinculados ao papel calculados sobre o valor de face. Cada procedimento de registro gera diferentes rentabilidades e preço para um mesmo ativo, sendo que a marcação na curva (HtM) deve ser utilizada quando houver intenção e capacidade de manter o título até a data do seu vencimento.

TABELA 15 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – TÍTULOS PÚBLICOS (R\$ MIL)

	2021					2020				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
NTN-B	206.066	1.082.834	2.709	4.852	1.296.461	179.877	949.663	2.591	4.464	1.136.595
NTN-C	-	586.404	4.984	5.363	596.752	4.258	531.863	4.875	5.536	546.532
Total	206.066	1.669.238	7.693	10.216	1.893.213	184.135	1.481.527	7.466	10.000	1.683.128

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Observa-se que a Resolução CNPC n° 43, de 6 de agosto de 2021, restringiu a marcação de títulos até o vencimento apenas: (1) aos Planos de Benefícios na modalidade de Benefício Definido, quando o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e desde que haja intenção em mantê-los na carteira até o vencimento; e (2) aos Planos de Benefícios de Contribuição Variável e de Contribuição Definida exclusivamente na fase de concessão de benefícios, desde que esses benefícios utilizem hipóteses atuariais. Em ambos os casos, deve haver estudo de liquidez atestando a capacidade financeira do Plano.

No quadro a seguir é demonstrada a composição da carteira de investimentos em Títulos Públicos, segundo os prazos de vencimento:

TABELA 16 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – TÍTULOS PÚBLICOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO E PARA NEGOCIAÇÃO (R\$ MIL)

Prazos	2021				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Até 1 ano	-	-	-	-	-
De 1 a 5 anos	29.570	325.747	1.248	778	357.343
De 5 a 10 anos	118.371	858.944	5.146	5.814	988.275
De 10 a 20 anos	18.454	139.645	554	1.549	160.202
De 20 a 30 anos	37.705	330.552	745	2.075	371.077
Acima de 30 anos	1.966	14.350	-	-	16.316
Total	206.066	1.669.238	7.693	10.216	1.893.213

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Todos os Títulos Públicos da CELOS se encontram em Carteira Própria, com gestão interna, sendo a custódia realizada pelo Banco Bradesco S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira de Títulos Públicos da Fundação tinha a seguinte taxa e forma de marcação por papel:

TABELA 17 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – CARTEIRA DE TÍTULOS PÚBLICOS (R\$ MIL)

Ativo	Vencimento	Mercado	Taxa Mercado	Taxa Curva	2021				
					Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
NTN-B	15/05/2023	Curva	0,00%	6,27%	-	37.936	-	-	37.936
NTN-B	15/05/2023	Curva	0,00%	6,23%	17.080	30.364	-	-	47.443
NTN-B	15/05/2023	Curva	0,00%	5,90%	-	49.543	-	-	49.543
NTN-B	15/08/2024	Mercado	5,22%	6,18%	735	-	1.203	228	2.166
NTN-B	15/08/2024	Curva	0,00%	6,75%	1.192	6.229	46	125	7.592
NTN-B	15/08/2024	Curva	0,00%	6,10%	-	94.308	-	-	94.308
NTN-B	15/08/2024	Curva	0,00%	6,14%	-	43.875	-	-	43.875
NTN-B	15/08/2024	Curva	0,00%	6,36%	3.907	19.399	-	424	23.730
NTN-B	15/08/2026	Curva	0,00%	6,10%	-	23.841	-	-	23.841
NTN-B	15/08/2026	Mercado	5,08%	4,10%	-	13.195	-	-	13.195
NTN-B	15/08/2026	Mercado	5,08%	4,44%	6.297	7.057	-	-	13.354
NTN-B	#####	Mercado	5,08%	4,45%	360	-	-	-	360
NTN-B	15/08/2028	Mercado	5,18%	4,19%	-	32.645	-	-	32.645
NTN-B	15/08/2028	Curva	0,00%	4,42%	2.914	6.017	-	-	8.931
NTN-B	15/08/2030	Mercado	5,20%	6,22%	-	12.352	-	-	12.352
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,84%	4.323	22.564	161	451	27.499
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,29%	-	28.460	-	-	28.460
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,29%	-	37.946	-	-	37.946
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,53%	-	37.377	-	-	37.377
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	6,98%	-	29.078	-	-	29.078
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	7,06%	-	24.233	-	-	24.233
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	7,29%	-	28.177	-	-	28.177
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	4,49%	3.130	13.691	-	-	16.821
NTN-B	15/08/2030	Curva	0,00%	5,90%	108.004	-	-	-	108.004
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	6,87%	5.002	26.104	187	520	31.813
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	6,60%	2.459	12.836	90	257	15.643
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	6,60%	2.459	12.836	90	257	15.643
NTN-B	15/05/2035	Mercado	5,26%	4,42%	-	19.128	-	-	19.128
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	4,55%	-	12.809	-	-	12.809
NTN-B	15/05/2035	Curva	0,00%	4,52%	3.572	20.253	-	-	23.825
NTN-B	15/08/2040	Curva	0,00%	6,94%	4.962	25.899	186	516	31.563
NTN-B	15/08/2040	Mercado	5,39%	6,22%	-	9.779	-	-	9.779
NTN-B	15/05/2045	Mercado	5,49%	6,22%	-	9.842	-	-	9.842
NTN-B	15/08/2045	Curva	0,00%	6,95%	3.214	16.779	123	-	20.115
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	6,95%	4.553	23.772	170	808	29.304
NTN-B	15/05/2045	Mercado	5,49%	6,22%	-	13.937	-	-	13.937
NTN-B	15/05/2045	Mercado	5,49%	6,22%	-	13.937	-	-	13.937
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	5,35%	-	8.262	-	-	8.262
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	5,74%	3.662	-	-	-	3.662
NTN-B	15/05/2045	Curva	0,00%	5,96%	1.782	-	-	-	1.782
NTN-B	15/08/2050	Mercado	5,45%	6,22%	-	16.913	-	-	16.913
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	7,24%	-	13.485	-	-	13.485
NTN-B	15/08/2050	Mercado	5,45%	6,22%	-	11.497	-	-	11.497
NTN-B	15/08/2050	Mercado	5,45%	6,22%	-	16.913	-	-	16.913
NTN-B	15/08/2050	Mercado	5,45%	6,22%	-	5.200	-	-	5.200
NTN-B	15/08/2050	Mercado	5,45%	6,22%	-	10.657	-	-	10.657
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	6,05%	4.833	25.219	181	503	30.736
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	6,10%	7.327	38.242	271	764	46.604
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,57%	2.456	205	-	-	2.660
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,57%	-	24.352	-	-	24.352
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,66%	1.227	15.992	-	-	17.218
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,81%	-	19.837	-	-	19.837
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,80%	-	12.309	-	-	12.309
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,90%	-	12.148	-	-	12.148
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	4,80%	8.651	14.115	-	-	22.766
NTN-B	15/08/2050	Curva	0,00%	5,37%	-	6.939	-	-	6.939
NTN-B	15/05/2055	Curva	0,00%	4,53%	1.966	3.533	-	-	5.499
NTN-B	15/05/2055	Curva	0,00%	5,39%	-	10.817	-	-	10.817
NTN-C	01/01/2031	Curva	0,00%	6,74%	-	6.394	-	-	6.394
NTN-C	01/01/2031	Curva	0,00%	6,74%	-	39.868	-	-	39.868
NTN-C	01/01/2031	Curva	0,00%	6,74%	-	51.023	-	-	51.023
NTN-C	01/01/2031	Mercado	5,00%	5,89%	-	37.581	4.984	5.363	47.929
NTN-C	01/01/2031	Curva	0,00%	6,74%	-	309.077	-	-	309.077
NTN-C	01/01/2031	Curva	0,00%	5,84%	-	128.369	-	-	128.369
NTN-C	01/01/2031	Curva	0,00%	6,74%	-	14.093	-	-	14.093
Total					206.066	1.669.238	7.693	10.216	1.893.213
NTN-B	Curva				96,41%	82,17%	55,60%	95,30%	
NTN-B	Mercado				3,59%	17,83%	44,40%	4,70%	
NTN-C	Curva				0,00%	93,59%	-	-	
NTN-C	Mercado				0,00%	6,41%	100,00%	100,00%	

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

6.2 Ativos Financeiros de Crédito Privado

A carteira de Créditos Privados da CELOS é composta por Cédulas de Crédito Bancário – CCB, Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI e Debêntures. Esses ativos são emitidos por empresas e possuem risco de crédito, sendo que sua remuneração compreende uma taxa pré-fixada ou correção monetária mais juros remuneratórios, dependendo da cédula/certificado.

TABELA 18 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO (R\$ MIL)

	2021					2020				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Crédito Bancário	1.709	104.726	39	82	106.555	13.018	199.353	217	446	213.034
CRI	-	48.087	-	-	48.087	-	-	-	-	-
Debêntures	1.112	3.991	-	-	5.103	49.189	478.362	595	1.299	529.445
(-) PCLD	(1.709)	(70.764)	(39)	(82)	(72.593)	(58.787)	(575.877)	(811)	(1.743)	(637.218)
Total	1.112	86.040	-	-	87.152	3.421	101.838	1	2	105.262

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Não ocorreram novas aplicações em Créditos Privados no ano de 2021. As principais mudanças nessa carteira foram as seguintes:

- **Fundo Multimomento:** Último dos fundos exclusivos da Fundação, foi encerrado em dezembro de 2021 em função do recebimento total do último ativo que ainda se encontrava em sua carteira (CCBs Águas de Santo Antônio).
- **Debêntures Conasa:** Ocorreu o pré-pagamento desses títulos por liberalidade do devedor, com quitação completa da dívida em agosto de 2021.
- **Venda da carteira de créditos em default:** A CELOS concluiu em julho de 2021 a venda dos créditos privados em *default* que ainda constavam em sua carteira. O processo de desinvestimento foi conduzido através de um processo competitivo com ampla discussão e participação dos Órgãos Estatutários da CELOS. O valor da venda foi de R\$27,8 milhões e englobou os seguintes créditos: CCB Aloés, CCI Voges, CCB CEBEL, CCI VCG, CCB MinasInvest, CCB InvestMinas, CRI Hestia, CCB Irmãos Thá, CCI Thá Realty, Debênture Buttner, Debênture Invesc, CCB Sucos do Brasil, CCB Gelre, Debênture Ulbra, Debênture Calamonti e créditos judiciais Digilab. O comprador assumiu todos os direitos e obrigações decorrentes desses créditos.

Abaixo segue detalhamento dos Créditos Privados existentes na carteira dos Planos, incluindo os títulos privados provisionados e que ainda estão em processo de execução, falência ou correlatos.

TABELA 19 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO (R\$ MIL)

Ativo	2021				2020			
	Saldo	A Receber	(-) Provisão	Total	Saldo	A Receber	(-) Provisão	Total
Debêntures Invesc	-	-	-	-	2.333	-	(2.333)	-
Debêntures Buettner	-	-	-	-	1.235	-	(1.235)	-
CCB Sucos do Brasil	-	-	-	-	38.326	-	(38.326)	-
CCB Samcil	10.776	-	(10.776)	-	10.776	-	(10.776)	-
CCB Gelre	-	-	-	-	6.451	-	(6.451)	-
CCB Rio Amazonas	48.064	13.754	(61.818)	-	48.664	12.184	(60.848)	-
Debêntures Conasa	-	-	-	-	10.819	-	-	10.819
Debêntures Vale	5.103	-	-	5.103	4.834	-	-	4.834
CCI VCG	-	-	-	-	197.325	-	(197.325)	-
CCI Vogue	-	-	-	-	58.284	-	(58.273)	11
CRI BSI Hestia	-	-	-	-	82.420	-	(82.420)	-
CCB Irthá	-	-	-	-	7.720	-	(7.720)	-
CCI Thá Realty	-	-	-	-	10.885	-	(10.885)	-
CCB Minasinvest	-	-	-	-	42.158	-	(42.158)	-
CCB Investminas	-	-	-	-	26.685	-	(26.685)	-
CCB Cebe	-	-	-	-	58.447	-	(58.447)	-
CCB Aloés	-	-	-	-	33.334	-	(33.334)	-
CCB New Energy	33.962	-	-	33.962	35.140	-	-	35.140
CRI Infrasec Peugeot 1	25.450	-	-	25.450	31.482	-	-	31.482
CRI Infrasec Peugeot 2	22.637	-	-	22.637	22.975	-	-	22.975
Total	145.993	13.754	(72.594)	87.152	213.035	529.442	(637.216)	105.262

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Os provisionamentos apresentados seguem os critérios estabelecidos na regulamentação aplicável, de forma que em sua constituição são observados os prazos dos valores vencidos e o risco da parcela vincenda para determinar o percentual aplicado.

6.3 Renda Variável

Atualmente, apesar de haver previsão regulamentar, a CELOS não detém carteira própria de ações, optando por realizar investimentos nesse segmento por meio de gestores externos. Os únicos papéis mantidos nessa conta se referem às posições na companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, que são registradas pelo valor de mercado.

A CELOS faz parte do grupo de controle da companhia juntamente com o Estado de Santa Catarina, por meio do Acordo de Acionistas vigente. Segundo esse acordo e conforme Estatuto Social da Fundação, a CELOS tem direito a indicar um membro para compor o Conselho de Administração da Celesc.

TABELA 20 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – RENDA VARIÁVEL (R\$ MIL)

	2021					2020				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Ações - Celesc ON	11.605	69.419	209	-	81.233	11.491	68.732	208	-	80.431
Ações - Celesc PN	2.242	13.410	40	-	15.692	1.860	11.127	33	-	13.020
A Receber	690	4.125	12	-	4.827	-	-	-	-	-
Total	14.537	86.953	262	-	101.751	13.351	79.859	241	-	93.450

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

6.4 Fundos de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, a CELOS aplicava em Fundos de Investimentos, que são condomínios destinados a reunir recursos de um conjunto de investidores (cotistas) com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aquisição de uma carteira formada por vários tipos de investimentos.

TABELA 21 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – CARTEIRA DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2021					2020				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Fundo Referenciado	-	-	-	-	-	-	-	514	-	514
(b) Itaú Institucional DI	-	-	-	-	-	-	-	514	-	514
Fundo de Renda Fixa	17.196	51.028	740	16.107	85.071	3.525	33.747	14	11.850	49.136
(c) Institucional CP FIRF	79	697	10	1	786	114	1.002	14	2	1.132
(b) Santander	9.303	21.476	730	16.106	47.615	1.474	17.345	-	11.848	30.667
(b) Bradesco Premium DI	7.814	28.855	-	-	36.669	1.937	15.400	-	-	17.337
Fundo de Ações	34.398	245.554	610	-	280.562	40.679	272.731	1.062	-	314.472
(a) Claritas	7.299	61.390	610	-	69.299	7.884	66.314	1.062	-	75.260
(b) Sinergia V	3.317	20.488	-	-	23.805	5.871	36.258	-	-	42.129
(b) AZ Quest Mid FIC FIA	3.597	20.568	-	-	24.164	1.793	10.816	-	-	12.609
(b) Itaú Indexado	-	-	-	-	-	4.312	33.392	-	-	37.704
(b) AZ Quest Small	1.620	9.771	-	-	11.391	2.454	15.138	-	-	17.590
(b) Icatu Dividendos FIA	-	-	-	-	-	1.996	15.968	-	-	17.964
(b) Leblon Ações II FIC	3.983	25.051	-	-	29.034	3.581	24.424	-	-	28.005
(b) Moat Capital FIC FIA	4.747	30.120	-	-	34.867	4.766	28.808	-	-	33.574
(b) Navi Institucional FIA	-	-	-	-	-	1.953	4.558	-	-	6.511
(b) Constância FIA	-	-	-	-	-	4.260	24.375	-	-	28.635
(b) Navi Institucional FIC FIA	-	-	-	-	-	1.809	12.682	-	-	14.491
(b) Truxt I Valor Instit FIA	3.723	29.365	-	-	33.088	-	-	-	-	-
(b) IT NOW IBOV	6.111	48.801	-	-	54.913	-	-	-	-	-
Multimercado	43.701	267.054	2.726	14.738	328.220	44.160	255.374	2.268	11.437	313.239
(a) CELOS Multimomento	-	-	-	-	-	977	4.319	-	-	5.296
(b) Ibiuna FIC FIM	-	25.636	-	-	25.636	-	23.257	-	-	23.257
(b) Bradesco FIC FIM Macro	5.036	6.547	1.383	6.477	19.443	4.985	18.533	1.168	5.761	30.447
(b) Kapitalo K10 FICFIM	3.113	25.939	-	-	29.051	-	-	-	-	-
(b) Claritas Institucional	-	-	1.343	6.532	7.875	4.854	17.925	1.100	5.676	29.555
(b) Claritas Long Short	3.198	25.299	-	-	28.497	3.071	24.293	-	-	27.364
(b) Kinea Chronos FIM	2.788	21.528	-	-	24.316	2.683	20.718	-	-	23.401
(b) Maua Institucional FIC FIM	-	-	-	-	-	4.836	16.796	-	-	21.632
(b) Occam Institucional FIC FIM II	3.042	17.825	-	-	20.866	3.118	17.163	-	-	20.281
(b) Bradesco FIC FIM Alocação	-	-	-	-	-	3.088	24.510	-	-	27.598
(b) Absolute Alpha FIM	3.213	25.649	-	-	28.862	3.071	24.520	-	-	27.591
(b) Oceana Long Biase FIC FIM	3.834	15.610	-	-	19.443	2.570	9.869	-	-	12.439
(b) Occam RETABS FICFIM	2.934	16.757	-	-	19.692	2.839	16.210	-	-	19.049
(b) Occam Long Biase FICFIM	3.775	15.100	-	-	18.875	-	-	-	-	-
(b) Tavola FIC FIM II	-	-	-	-	-	3.139	9.958	-	-	13.097
(b) AZ Quest Equites FIC FIM	-	-	-	-	-	1.037	9.337	-	-	10.374
(b) Occam Retorno Absoluto FIC FIM	2.725	8.674	-	1.730	13.129	864	8.392	-	-	9.256
(b) Navi LB FIC FIM	3.913	16.663	-	-	20.576	3.028	9.574	-	-	12.602
(b) Itaú Hedge Plus FIM	3.160	21.068	-	-	24.228	-	-	-	-	-
(b) Gavea Macro P II FICFIM	2.971	24.759	-	-	27.730	-	-	-	-	-
Investimento no Exterior	7.245	40.761	-	-	48.005	1.629	7.501	-	-	9.130
(b) Ishares SP 500 FIC FI	3.466	21.095	-	-	24.561	1.629	7.501	-	-	9.130
(b) Western FIA BDR1 FIEX	3.779	19.665	-	-	23.444	-	-	-	-	-
Empresas Emergentes	-	-	-	-	-	98	595	-	-	693
(c) FIP SC FIEE	-	-	-	-	-	98	595	-	-	693
Participações	36.431	229.286	739	-	266.456	28.919	182.000	588	-	211.507
(c) Global Equity Properties	-	-	-	-	-	(141)	(887)	(3)	-	(1.031)
(c) Investidores Institucionais	24	150	-	-	174	25	158	-	-	183
(c) Investidores Institucionais II	-	-	-	-	-	(15)	(95)	-	-	(110)
(c) Investidores Institucionais III	-	-	-	-	-	1.419	8.928	29	-	10.376
(c) Energia PCH	36.407	229.135	739	-	266.282	25.451	160.179	517	-	186.147
(c) Angra Infra	-	-	-	-	-	1.348	8.482	28	-	9.858
(c) Multiner FIP	-	-	-	-	-	(5)	(32)	-	-	(37)
(c) Rio Bravo Energia I	-	-	-	-	-	837	5.267	17	-	6.121
Fundo Imobiliário	5.079	32.194	56	-	37.329	2.851	23.559	58	-	26.468
(b) Fundo Hedge Top FOF IIS	1.403	9.137	-	-	10.540	-	5.615	-	-	5.615
(b) FII BC FFII CI	939	5.826	-	-	6.765	-	-	-	-	-
(c) FI Imobiliário JHSF	2.737	17.231	56	-	20.025	2.851	17.944	58	-	20.853
Total	144.049	865.877	4.872	30.845	1.045.643	121.861	775.507	4.504	23.287	925.160

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

As principais categorias dos Fundos de Investimentos são:

- **Fundo de Investimento Referenciado:** São fundos que investem ao menos 95% do patrimônio em ativos que acompanham um índice de referência como, por exemplo, o CDI;

- **Fundo de Investimento em Renda Fixa:** São os fundos que aplicam no mínimo 80% da carteira em ativos relacionados à variação da taxa de juros, índice de preços ou ambos como, por exemplo, títulos públicos, créditos e futuros;
- **Fundo de Investimento em Ações:** Têm no mínimo 67% do patrimônio aplicado em ações, bônus de subscrição, certificados de depósito de ações, cota de fundos de ações e de índices e *Brazilian Depositary Receipts* – BDRs níveis II e III;
- **Fundo de Investimento Multimercado:** Pode aplicar em vários tipos de ativos diferentes, sem predominância ou compromisso de alocação mínima. O regulamento geralmente é mais específico sobre a destinação de recursos, portanto, varia de caso a caso;
- **Investimento no Exterior:** Fundos que representam uma carteira de ativos internacionais; no caso concreto, trata-se de um índice que reflete o desempenho do Standard & Poor's 500 - S&P500, composto por ativos cotados nas bolsas de NYSE ou NASDAQ;
- **Fundo de Investimento em Empresas Emergentes:** Destina-se à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes, que são aquelas com faturamento anual abaixo dos R\$100 milhões;
- **Fundo de Investimento em Participações:** Fundos que investem em empresas, listadas ou não em bolsa, e buscam participar ativamente da gestão da companhia. Importante destacar que a precificação desses fundos é de responsabilidade do administrador de cada um, amparado por laudos de avaliação produzidos por empresas independentes; e
- **Fundo de Investimento Imobiliário:** Aplica os recursos em negócios com base imobiliária, como desenvolvimento de empreendimentos ou imóveis já prontos.

Os Fundos de Investimentos são selecionados de acordo com os critérios e alçadas de decisão estabelecidos na Política de Investimentos, conforme sua classificação e grau de risco.

A CELOS aprovou em setembro de 2021 a venda dos seguintes Fundos de Participação – FIPs constantes em sua carteira: Global Equity Properties; Investidores Institucionais II; Investidores Institucionais III; Angra Infra; Multiner; Brasil Energia Renovável e FIEE Santa Catarina. A venda desses Fundos foi conduzida em processo competitivo amplamente debatido entre os Órgãos Deliberativos da Fundação e foi motivada pela baixa expectativa de rentabilidade e iliquidez desses ativos.

6.5 Investimentos em Imóveis

A Carteira de Imóveis da CELOS, no ano de 2021, foi composta da seguinte forma:

TABELA 22 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS (R\$ MIL)

	2021					2020				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Ed. Célia Couto Dax	-	26.446	-	-	26.446	-	26.456	-	-	26.456
Ed. Com. Hantel Office Building	-	23.374	-	-	23.374	-	22.321	-	-	22.321
Ed. Premier Office Center	-	12.152	-	-	12.152	-	12.448	-	-	12.448
Ed. Ilha do Atlântico	-	39.870	-	-	39.870	-	31.823	-	-	31.823
Total	-	101.842	-	-	101.842	-	93.047	-	-	93.047

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Os investimentos imobiliários devem ser contabilizados entre as categorias de imóveis em construção e de aluguéis e renda. No caso da CELOS, todos os imóveis já estão concluídos e são registrados como aluguéis e renda.

Em 2021 foram realizadas reavaliações de ativos imobiliários por meio da empresa AMR Engenharia, inscrita no CNPJ 14.219.933/0001-89, tendo como avaliador técnico responsável o Sr. José Guilherme Aranha Moura – CREA/SC 045.029-6, ART 7.231.621-0.

TABELA 23 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS (R\$ MIL)

Imóvel Reavaliado	Contas	Contábeis	Data de Reavaliação	Data de Registro Contábil	Avaliador	Vida Útil (ano)	2021		
							Valor Contábil antes da Reavaliação	Resultado da Reavaliação	Valor da Reavaliação
Edifício Célia Couto Daux - Av. Beira Mar - Florianópolis/SC	1020307040301		nov/21	dez/21	AMR Engenharia	57	26.456	(10)	26.446
Edifício Comercial Hantei Office Building - Salas 501 a 509, 601 a 609, 801 a 809, 901 a 909 e 36 vagas de garagens - Rua Emilio Blum - Florianópolis/SC	1020307040302		nov/21	dez/21	AMR Engenharia	52	22.321	1.053	23.374
Edifício Premier Office Center - Salas 101 a 109, 201 a 209 e 18 vagas de garagens - Esquina da Rua Padre Roma com a Av. Rio Branco - Florianópolis/SC	1020307040303		nov/21	dez/21	AMR Engenharia	53	12.448	(296)	12.152
Edifício Ilha do Atlântico - 60 salas e 120 vagas de garagens - Rua Nereu Ramos - Florianópolis/SC	1020307040304		nov/21	dez/21	AMR Engenharia	75	31.823	8.047	39.870
Total							93.047	8.794	101.842

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

No caso do Edifício Célia Couto Daux, houve decisão favorável à CELOS em primeira instância para o desfazimento do negócio e o respectivo ressarcimento dos valores pagos pela Fundação. Atualmente o processo se encontra em segunda instância e ainda não transitou em julgado.

Na constituição da Provisão para Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa – PCLD, referente à carteira de investimentos imobiliários, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

TABELA 24 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS - PCLD (R\$ MIL)

Prazo	%	2021	2020
> 360	100%	(36.623)	(26.278)
241-360	75%	-	-
181-240	50%	-	-
121-180	25%	-	-
91-120	10%	-	-
61-90	5%	-	-
31-60	1%	-	-
Total		(36.623)	(26.278)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Estes provisionamentos se referem a valores de aluguéis em aberto de salas do Edifício Célia Couto Daux.

6.6 Operações com Participantes

A CELOS oferece empréstimos a seus Participantes, sendo considerado também como um ativo na carteira de investimentos. A composição da carteira de empréstimos aos Participantes, em 31 de dezembro em 2021, bem como valores de provisão por Plano, são os seguintes:

TABELA 25 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (R\$ MIL)

	2021					2021				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Empréstimos Pessoal	7.937	67.114	-	-	75.050	9.291	68.929	-	-	78.218
A receber	60	1.860	-	-	1.919	48	2.698	-	-	2.746
(-) Provisão	(80)	(2.584)	-	-	(2.664)	(103)	(2.622)	-	-	(2.725)
Total	7.917	66.389	-	-	74.306	9.234	69.005	-	-	78.239

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Na constituição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD referentes à carteira de empréstimos são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

TABELA 26 – REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - PCLD (R\$ MIL)

Prazo	%	2021			2020		
		Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
> 360	100%	(68)	(2.228)	(2.296)	(76)	(2.128)	(2.204)
241-360	75%	(5)	(137)	(142)	(7)	(53)	(60)
181-240	50%	(2)	(73)	(75)	(2)	(173)	(175)
121-180	25%	(4)	(112)	(116)	(18)	(268)	(286)
91-120	10%	-	(14)	(14)	-	-	-
61-90	5%	-	(12)	(12)	-	-	-
31-60	1%	(1)	(9)	(10)	-	-	-
Total		(80)	(2.584)	(2.664)	(103)	(2.622)	(2.725)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

7 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O Imobilizado e Intangível estão registrados no Plano de Gestão Administrativa – PGA.

7.1 Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o imobilizado referente ao Operacional Corpóreo – Bens Móveis é composto da seguinte forma:

TABELA 27 – IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS (R\$ MIL)

Bens Móveis	Taxa anual de depreciação (%)	2021			2020
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	447	(397)	51	71
Máquinas e Equipamentos	10%	1.675	(1.236)	439	460
Veículos	20%	91	(91)	-	-
Total		2.213	(1.724)	489	531

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Já o Operacional Corpóreo – Bens Imóveis, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta a seguinte composição:

TABELA 28 – IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS (R\$ MIL)

Bens Imóveis	Taxa anual de depreciação (%)	Data de Aquisição	2021			2020
			Custo + Reavaliação	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifício Alpha Centauri - Salas do 6º e 7º andar - Av. Hercílio Luz - Florianópolis/SC	2%	01.04.1976	7.112	-	7.112	7.112
Edifício Beira Mar Continental - Sala 104 - Rua Fulvio Aducci, 145 - Florianópolis/SC	2%	07.03.2012	290	-	290	287
Total			7.401	-	7.401	7.399

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

7.2 Intangível

O Intangível se refere aos gastos com implantação, reorganização e desenvolvimento.

8 GESTÃO ASSISTENCIAL

Consta o ativo total dos Planos de Assistência à Saúde com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Atualmente a CELOS possui os seguintes Planos Assistenciais:

- **Plano CELOS Saúde:** Segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia e Odontológico
- **Plano CELOS Saúde Agregados:** Segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia
- **Plano CELOS Saúde Agregados Odontológico:** Segmentação Odontológica

Vale destacar que os Planos Assistenciais devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, bem como proceder ao desdobramento analítico das contas relativas à Gestão Assistencial, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela ANS.

Os atos e fatos administrativos da Gestão Assistencial são registrados em conformidade com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa ANS nº 435, de 23 de novembro de 2018 e alterações posteriores. O patrimônio e mutações patrimoniais dos Planos Assistenciais apresentados no Balanço Patrimonial e na Demonstração da Mutações do Patrimônio Social estão apresentados nas Demonstrações Financeiras Assistenciais.

9 EXIGÍVEL OPERACIONAL

9.1 Gestão Previdencial

Os compromissos da Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são demonstrados a seguir:

TABELA 29 – EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL (R\$ MIL)

	2021			Reclassificado 2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Benefícios a Pagar	492	6.059	6.552	264	5.111	5.375
Renda Continuada	197	1.013	1.210	16	833	849
Pagamento Único	296	5.046	5.342	248	4.279	4.526
Retenções a Recolher	25	1.740	1.765	374	1.093	1.466
Outras Exigibilidades	33	1.451	1.484	32	1.556	1.588
Total	550	9.250	9.800	670	7.760	8.430

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

No grupo contábil Benefícios a Pagar estão registrados os valores relativos aos benefícios de renda continuada (aposentadoria e pensão) do mês de dezembro de 2021, que serão quitados nos meses subsequentes, primordialmente no mês de janeiro de 2022, bem como os pagamentos de saques e resgates. Ressalta-se que nesta conta também estão registrados outros benefícios a pagar aos Participantes que não foram liquidados em 2021. O mesmo se aplica às Retenções a Recolher da folha de benefícios, saques e resgates de dezembro de 2021, que serão recolhidos ou repassados nos meses posteriores.

No grupo Outras Exigibilidades, incluído no Exigível Operacional da Gestão Previdencial, estão registradas:

TABELA 30 – EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – OUTRAS EXIGIBILIDADES (R\$ MIL)

	2021			Reclassificado 2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Depósito Judicial a destinar	32	1.327	1.360	32	1.553	1.585
CELOS Saúde	1	17	18	-	3	3
A pagar dos Planos	-	22	22	-	-	-
Outras	-	84	84	-	-	-
Total	33	1.451	1.484	32	1.556	1.588

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Os valores de Depósito Judicial a destinar se referem aos depósitos judiciais creditados em conta corrente da CELOS que serão destinados ao Plano de Benefício após identificação da origem do recurso.

Ressalta-se que até 2020 a transação do repasse da taxa de administração dos Investimentos e das Operações com Participantes era registrada em “A pagar dos Planos”. Entretanto, a partir de 2021 está registrada em Taxa de Administração a Repassar no Exigível Operacional dos Investimentos, devido as alterações advinda da Instrução Normativa PREVIC n.º 31, de 20 de agosto de 2020.

9.2 Gestão Administrativa

O Exigível Operacional da Gestão Administrativa apresenta as Contas a Pagar relacionados à Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais. Este grupo também apresenta a movimentação das Retenções e Tributos a Recolher e, por fim, Outras Exigibilidades, cuja composição em 31 de dezembro de 2021 é apresentada a seguir:

TABELA 31 – EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (R\$ MIL)

	2021	2020
Contas a Pagar	1.838	1.357
Pessoal e Encargos	1.598	1.303
Serviços de Terceiros	217	31
Despesas Gerais	23	24
Retenções a Recolher	202	171
Tributos a Recolher	108	82
Outras Exigibilidades	53	60
Total	2.202	1.670

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Ressalta-se que foram gastos com Serviços de Terceiros em 2021 e 2020, conforme demonstrado na Demonstração do Programa de Gestão Administrativa – DPGA, os seguintes valores:

TABELA 32 – GASTOS COM SERVIÇO DE TERCEIROS (R\$ MIL)

	2021	Reclassificado 2020
Serviços de Terceiros	2.798	2.643
Consultoria Atuarial	169	143
Consultoria Jurídica	657	599
Recursos Humanos	12	6
Informática	1.047	969
Gestão/Plan. Estratégico	43	26
Auditoria Contábil	88	210
Consultoria dos Investimentos	346	215
Outras	437	475
Total	2.798	2.643

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Já o grupo Outras Exigibilidades, incluído no Exigível Operacional da Gestão Administrativa, estão registradas:

TABELA 33 – EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA – OUTRAS EXIGIBILIDADES (R\$ MIL)

	2021	2020
CELOS Saúde	7	13
A pagar dos Planos	32	30
Valor a devolver	1	1
A identificar	14	16
Total	53	60

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Ressalta-se que na rubrica CELOS Saúde registram-se os repasses de valores recebidos na instância previdenciária que, no entanto, são devidos à instância assistencial. De maneira geral, se referem aos descontos assistenciais realizados diretamente na folha (Participantes Ativos e Assistidos), devendo, portanto, ser realizado o repasse financeiro entre as instâncias. Já a rubrica A pagar dos Planos refere-se ao repasse de valores a pagar entre os Planos Previdenciários a título de reembolsos. A rubrica A identificar deve-se aos valores depositados nas contas bancárias da CELOS, mas que não foram identificadas sua origem.

9.3 Investimentos

O Exigível Operacional dos Investimentos apresenta os valores a pagar relacionados às diversas modalidades de investimentos efetuadas pela CELOS, conforme apresentado no quadro a seguir:

TABELA 34 – EXIGÍVEL OPERACIONAL DOS INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2021					Reclassificado 2020				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Total
Investimentos com Imóveis	-	3.726	-	-	3.726	-	3.136	-	-	3.136
Aluguéis e Renda	-	3.726	-	-	3.726	-	3.136	-	-	3.136
Operações com Participantes	2	26	-	-	28	-	-	-	-	-
Taxa de Administração a Repassa	233	1.784	8	-	2.024	195	1.562	7	-	1.765
Outras Exigibilidades	9	76	-	1	86	8	116	-	1	125
Total	244	5.611	8	1	5.865	203	4.815	7	1	5.027

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

A rubrica Aluguéis e Renda deve-se ao aforamento do Edifício Célia Couto Daux. Já Taxa de Administração a Repassar refere-se a taxa de administração dos Investimentos e das Operações com Participantes a repassar para o PGA. Ressalta-se que até 2020 esta transação era registrada no Exigível Operacional Previdencial, em Outras Exigibilidades.

O saldo de Outras Exigibilidades refere-se às despesas com taxa BOVESPA, CETIP, de Custódia e SELIC, bem como com assessoria jurídica.

10 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

10.1 Gestão Previdencial

A CELOS classifica os riscos de perda em cada um dos pedidos contidos nos processos judiciais em que a Entidade é parte por faixa de risco. Ao final de 2021, os pedidos estavam classificados da seguinte forma:

TABELA 35 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – QUANTIDADE DE PEDIDOS POR FAIXA DE RISCO

Faixa de Risco	2021			2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Provável	14	31	45	17	33	50
Possível	9	48	57	9	63	72
Remoto	42	128	170	62	161	223
Total	65	207	272	88	257	345

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

As Provisões para Contingências Passivas se referem aos processos de natureza cível, relacionados aos Planos de Benefícios nos quais a CELOS é parte no polo passivo e foram classificadas pela Assessoria Jurídica como risco de perda provável:

TABELA 36 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – RISCO PROVÁVEL (R\$ MIL)

	2021			2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Prováveis	7.799	15.261	23.059	8.785	16.105	24.890
Depósitos Judiciais	6.545	3.142	9.686	6.726	4.746	11.472
Depósitos Recursais	18	39	57	18	39	57
Total	14.361	18.442	32.803	15.529	20.890	36.419

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Em relação ao ano anterior, nos pedidos prováveis ocorreu uma redução de R\$1.831. Esta variação refere-se à entrada de 04 pedidos, no montante de R\$1.373; saída de 09 pedidos que correspondem ao montante de R\$6.765; revisões nos cálculos, com impacto de R\$905; e correções monetárias e juros acumulados no montante de R\$4.466.

Os pedidos classificados como prováveis se referem principalmente à revisão de benefícios, isenção de contribuição previdenciária e pensão por morte:

TABELA 37 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – QUANTIDADE DE OBJETOS DAS AÇÕES – RISCO PROVÁVEL

Objeto das Ações	2021			2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Revisão de Benefício (a)	9	5	14	12	8	20
Expurgos Inflacionários (b)	-	4	4	-	4	4
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	-	9	9	-	10	10
Pensão por Morte (d)	5	13	18	5	11	16
Total	14	31	45	17	33	50

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

As parcelas vencidas e vincendas dos pedidos das ações classificadas como prováveis resultam nos seguintes valores:

TABELA 38 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS – RISCO PROVÁVEL (R\$ MIL)

Objeto das Ações	2021			2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Revisão de Benefício (a)	4.710	1.279	5.989	6.103	4.213	10.316
Expurgos Inflacionários (b)	-	147	147	-	119	119
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	-	1.205	1.205	-	2.045	2.045
Pensão por Morte (d)	3.089	12.629	15.718	2.682	9.728	12.410
Total	7.799	15.261	23.059	8.785	16.105	24.890

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Já os valores referentes aos processos judiciais considerados possíveis somam R\$15.523 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$2.312 do Plano Transitório e R\$13.211 do Plano Misto. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, estas informações devem ser divulgadas, porém não há obrigatoriedade de registro contábil da provisão. Os principais pedidos nessas ações são a revisão de benefícios, isenção de contribuição previdenciária e pensão por morte:

TABELA 39 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL – PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS – RISCO POSSÍVEL (R\$ MIL)

Objeto das Ações	2021			2020		
	Plano	Plano	Total	Plano	Plano	Total
	Transitório	Misto		Transitório	Misto	
Revisão de Benefício (a)	1.549	4.233	5.782	1.375	4.512	5.887
Expurgos Inflacionários (b)	90	352	442	77	347	424
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	-	2.104	2.104	-	3.220	3.220
Pensão por Morte (d)	673	6.522	7.195	109	5.727	5.836
Total	2.312	13.211	15.523	1.561	13.806	15.367

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

No que se refere aos pedidos das ações judiciais, seguem esclarecimentos:

- a) Revisão de Benefício:** Os autores requerem reflexos sobre seus benefícios previdenciários com base em teses que diferem das regras previdenciárias.
- b) Expurgos Inflacionários:** Os autores/ex-Participantes buscam incidência de determinados índices relacionados aos planos econômicos sobre a reserva de poupança resgatada; ou no caso dos Participantes Ativos/Assistidos, o recálculo da reserva de poupança transferida do Plano Transitório para o Plano Misto de Benefícios, quando da migração.
- c) Isenção da Contribuição Previdenciária:** Os autores buscam não pagar as contribuições previdenciárias ao longo da percepção do benefício da aposentadoria junto à CELOS, cuja contribuição visa completar a reserva matemática que lastreará o benefício da Pensão por Morte.
- d) Pensão por Morte:** Os autores, não constantes no cadastro da CELOS como beneficiários do titular, pretendem o recebimento de Pensão por Morte em virtude do falecimento daquele.

10.2 Gestão Administrativa

O Exigível Contingencial da Gestão Administrativa se refere aos valores de PIS e COFINS depositados judicialmente no período de junho de 2006 a setembro de 2007, com julgamento final a favor da CELOS, mas ainda pendentes da homologação pela Receita Federal do Brasil - RFB. Vale destacar que foi impetrado também o mandado de segurança com pedido de liminar contra os recolhimentos realizados a partir de 2015 de PIS e COFINS, por meio do Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis. O objetivo é questionar a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da atividade ou objeto principal da CELOS, tendo em vista que a Entidade não apura receita. Em maio de 2021 foi determinada a devolução dos autos ao tribunal de origem, para que o processo permaneça suspenso até julgamento do RE 609.096 RG (Tema n. 372), em regime de repercussão geral.

Vale ressaltar que a CELOS ingressou em ação ordinária com pedido de antecipação de tutela e de repetição de indébito (proc. 5019225-75.2015.404.7200) contra o recolhimento de contribuições incidentes sobre as remunerações pagas aos Empregados (SAT de 0,5%, Salário Educação de 2,5% e INCRA de 0,2%), cujos valores são mensalmente depositados em conta judicial.

As decisões de 1º e 2º grau foram favoráveis à CELOS, tendo o Judiciário declarado não serem exigíveis as contribuições ao INSS, ao SAT/RAT, ao Salário Educação e ao INCRA incidentes sobre as verbas pagas pela CELOS, a seus empregados, a título de 1/3 de férias, de abono de férias previsto nos Acordos Coletivos de Trabalho e de aviso prévio indenizado. A União foi condenada a devolver os valores pagos ao mesmo título, nos 5 (cinco) anos antecedentes à propositura da Petição Inicial, acrescidos de correção monetária.

A União então interpôs Recurso Extraordinário, cuja competência para julgamento é Supremo Tribunal Federal – STF. Porém, antes da remessa dos autos para o STF, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 determinou que o processo ficasse “sobrestado” (leia-se: suspenso), até que fosse julgado pelo STF outro processo com discussão idêntica (Alcance da expressão “folha de salários”, para fins de instituição de contribuição social sobre o total das remunerações).

Em outubro de 2017 o andamento deste processo foi retomado, visto que o STF emitiu seu entendimento sobre o assunto: Tema STF nº 20 - A contribuição social a cargo do empregador incide sobre ganhos habituais do empregado, quer anteriores ou posteriores à Emenda Constitucional nº 20/1998. (RE nº 565.160/SC).

Em abril de 2018 o processo retornou a Turma do TRF que reafirmou seu posicionamento anterior, acerca da procedência do pedido da CELOS. A União então interpôs recursos especial e extraordinário. O TRF determinou que estes recursos ficassem suspensos até que fosse julgado este assunto no STF (Tema 985 – há recurso com a mesma matéria pendente de julgamento do STF). Contra esta decisão a CELOS opôs embargos de declaração (trata-se de um pedido de esclarecimentos ao Juízo) que foram rejeitados. O processo está aguardando manifestação do Juiz Relator.

Também estão contabilizados nesta rubrica os depósitos recursais de processos trabalhistas movidos contra a CELOS.

TABELA 40 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (R\$ MIL)

	2021	2020
Depósitos Judiciais	9.733	8.475
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 0006189-66.2006.404.7200/SC)	2.704	2.704
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC)	6.611	5.432
Depósitos de INSS	419	340
Depósitos Recursais	61	110
Depósitos de Processos Trabalhistas	61	110
Total	9.794	8.585

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

11 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

11.1 Provisões Matemáticas

Registra-se o valor necessário para pagamento dos benefícios concedidos e a conceder é calculado atuarialmente pelo atuário externo, legalmente responsável pelos Planos Previdenciários, Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda. - ME, que assumiu em 10 de junho de 2020, conforme Ato Deliberativo COD 23/2020.

Em 2021 e em 2020, as Reservas Matemáticas eram compostas da seguinte forma:

TABELA 41 – PROVISÕES MATEMÁTICAS (R\$ MIL)

	2021			Reclassificado 2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Benefícios Concedidos	864.338	2.867.445	3.731.783	815.029	2.559.605	3.374.634
Contribuição Definida	-	123.989	123.989	-	79.473	79.473
Benefício Definido	864.338	2.743.456	3.607.795	815.029	2.480.132	3.295.161
Benefícios a Conceder	-	899.537	899.537	49	854.755	854.804
Contribuição Definida	-	808.840	808.840	2	765.359	765.361
Benefício Definido	-	79.991	79.991	41	78.096	78.138
Outras Contr. da Geração Atual (a)	-	10.706	10.706	5	11.299	11.304
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(147.818)	(229.404)	(377.223)	(141.857)	(222.166)	(364.024)
(-) Déficit Equacionado	(147.818)	(229.404)	(377.223)	(141.857)	(222.166)	(364.024)
Total	716.520	3.537.577	4.254.097	673.221	3.192.194	3.865.414

(a) Benefício de risco

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

O Plano Transitório necessita de R\$864.338 para pagar todos os benefícios futuros dos seus Assistidos, ressaltando que R\$147.818 serão constituídos pelos Planos de Equacionamento em vigor. Já o Plano Misto tem obrigações na ordem de R\$2.867.445, dos quais R\$229.404 serão custeados pelos Planos de Equacionamento em vigor.

Hipóteses Atuariais nas Reavaliações Atuariais:

Plano Transitório – Na avaliação atuarial de 2021 foram utilizadas as seguintes hipóteses, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo nº 54/2021, de 17 de dezembro de 2021.

TABELA 42 – HIPÓTESES ATUARIAIS – PLANO TRANSITÓRIO

Hipóteses Atuariais	2021	2020
Fator de Determinação	0,9831 ¹	0,9790 ²
Hipótese sobre Composição Familiar	N/A	N/A
Rotatividade	N/A	1,49%
Indexador do Plano	IPCA	IPCA
Crescimento Real de Salários	N/A	2,95%
Taxa Real Anual de Juros	4,82%	4,90%
Tábua de Entrada em Invalidez	N/A	Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-71	AT-49
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M	AT-2000 M

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2021

1: Considera uma inflação da ordem de 3,00% ao ano.

2: Considera uma inflação da ordem de 3,75% ao ano.

Ressalta-se que as hipóteses atuariais de 2020 foram retificados, uma vez que no exercício 2020, um aposentado por invalidez teve seu benefício suspenso pelo INSS, retornando à condição de Ativo e retornou à condição de Assistido em 2021.

Plano Misto – Na avaliação atuarial de 2021 foram utilizadas as seguintes hipóteses, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo nº 54/2021, de 17 de dezembro de 2021.

TABELA 43 – HIPÓTESES ATUARIAIS – PLANO MISTO

Hipóteses Atuariais	2021	2020
Fator de Determinação	0.9831 ¹	0.9790 ²
Hipótese sobre Composição Familiar	* ³	* ³
Rotatividade	1.49%	1.49%
Indexador do Plano	IPCA	IPCA
Crescimento Real de Salários	2.72%	2.95%
Taxa Real Anual de Juros	4.90%	4.90%
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-71 M	AT-49 M
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M&F Desagravada em 5%	AT-2000 M&F Desagravada em 5%

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2021

1: Considera uma inflação da ordem de 3,00% ao ano.

2: Considera uma inflação da ordem de 3,75% ao ano.

3: Para Assistidos: Família Efetiva; para os Ativos: cônjuge do sexo feminino é 3,37 anos mais jovem que o participante titular; e o cônjuge do sexo masculino é 2,64 anos mais velho que a participante titular.

11.2 Equilíbrio Técnico

Visando a sustentabilidade dos Planos Transitório e Misto, foram confrontados os respectivos bens e direitos com as obrigações, cujo resultado previdencial apurado no exercício de 2021 e 2020 está apresentado no quadro a seguir:

TABELA 44 – EQUILÍBRIO TÉCNICO (R\$ MIL)

	2021			2020		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Superávit Técnico Acumulado	-	-	-	-	-	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	(34.023)	(310.645)	(344.668)	(9.490)	(207.215)	(216.705)
Equilíbrio Técnico	(34.023)	(310.645)	(344.668)	(9.490)	(207.215)	(216.705)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

Em 31 de dezembro de 2021, a CELOS registrou déficit técnico acumulado no Plano Transitório de R\$34.023, e no Plano Misto de R\$310.645, ou seja, as obrigações atuais e futuras destes Planos são superiores aos seus bens e direitos.

Situação Patrimonial dos Planos de Benefícios:

Plano Transitório - apresentou déficit técnico acumulado de R\$23.404, em 31 de dezembro de 2021, correspondente a 3,27% das Provisões Matemáticas do Plano, já deduzido o valor de R\$10.619, referente ao ajuste da precificação.

Plano Misto - apresentou déficit técnico acumulado de R\$170.950, em 31 de dezembro de 2021, correspondente a 4,83% das Provisões Matemáticas do Plano, já deduzido o valor de R\$139.695, referente ao ajuste da precificação.

Equacionamento do Déficit - no Plano Transitório, com a publicação da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, os Planos de Equacionamento dos Déficits de 2012, 2014 e 2017 foram unificados, de acordo com o Ato Deliberativo 41/2018, sendo amortizado pelo prazo equivalente à liquidação dos compromissos atuariais.

Quanto ao déficit técnico acumulado em dezembro de 2021, em decorrência da opção da CELOS em realizar o equacionamento do déficit do Plano Transitório pelo prazo equivalente à liquidação dos seus compromissos atuariais, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, será necessário adicionar ao Plano de Equacionamento o montante de R\$23.404, cujo novo custeio deve ser apresentado ao Conselho Deliberativo até o final do 1º semestre de 2022, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme registro na Ata COD 29/2018.

TABELA 45 – SITUAÇÃO PATRIMONIAL – PLANO TRANSITÓRIO (R\$)

Situação Patrimonial	2021
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	682.497.271,93
Provisões Matemáticas (B)	716.519.953,10
Equilíbrio Técnico (C = A - B)	(34.022.681,17)
Ajuste de Precificação (D)	10.618.693,00
Déficit Ajustado (C + D)	(23.403.988,17)
Duração do Passivo	6,38

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2021

No Plano Misto está em vigor dois Planos de Equacionamento após apuração dos déficits registrados em 2014 e 2016. Com base no Equilíbrio Técnico Ajustado, a situação financeiro-atuarial do Plano, em 31 de dezembro de 2021, é deficitária em R\$170.950, correspondente a 4,83% das Provisões Matemáticas (parcela BD). Desta forma, conforme legislação vigente, esse valor é superior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$141.287, sendo necessário um novo Plano de Equacionamento de Déficit.

TABELA 46 – SITUAÇÃO PATRIMONIAL – PLANO MISTO (R\$)

Situação Patrimonial	2021
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	3.226.932.382,56
Provisões Matemáticas (B)	3.537.577.312,63
Saldo da CIAP (C)	899.536.532,48
Equilíbrio Técnico (D = A - B)	(310.644.930,07)
Ajuste de Precificação (E)	139.694.736,00
Déficit Ajustado (D + E)	(170.950.194,07)
Duração do Passivo (F)	9,42
Limite do Déficit [1% x (F - 4) x (B - C)]	141.286.767,10

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2021

Parte significativa dos déficits apresentados por ambos os Planos são decorrentes das adequações estruturais realizadas nos Planos, devidamente embasadas em estudos técnicos.

O resultado obtido pelo Plano Transitório é decorrente dos seguintes fatores:

TABELA 47 – RESULTADO – PLANO TRANSITÓRIO (R\$)

Resultado	2021 (R\$)
Resultado Técnico Acumulado registrado ao final do exercício de 2020	(9.489.641,46)
Variação no Patrimônio de Cobertura	160.623.500,09
Variação nas Provisões Matemáticas	(185.156.539,80)
Alteração na base cadastral dos assistidos	(37.852.078,47)
Alteração da premissa referente à Tábua de Mortalidade de Inválidos	(2.872.754,18)
Alteração da premissa referente à Taxa de Juros	(4.952.859,37)
Alteração da premissa referente ao Fator de Capacidade	(3.571.821,23)
Exclusão do participante ativo	48.770,19
Efeito conjunto das alterações	(59.761,93)
Outros fatores não relacionados ao regime mutualista	(135.896.034,81)
Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2021	(34.022.681,17)
Ajuste de Precificação em 31/12/2021	10.618.693,00
Déficit Técnico Acumulado (por Equilíbrio Técnico Ajustado) em 31/12/2021	(23.403.988,17)

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2021

O resultado obtido pelo Plano Misto é decorrente dos seguintes fatores:

TABELA 48 – RESULTADO – PLANO MISTO (R\$)

Resultado	2021 (R\$)
Resultado Técnico Acumulado registrado ao final do exercício de 2020	(207.215.181,08)
Variação no Patrimônio de Cobertura	464.692.454,96
Variação nas Provisões Matemáticas	(568.122.203,95)
Evolução da base cadastral	(247.438.739,86)
Alteração da premissa referente à Mortalidade de Inválidos	(6.568.319,85)
Alteração da premissa referente ao Crescimento Salarial	157.314,69
Alteração da premissa referente à Composição Familiar	(49.370,23)
Alteração da premissa referente ao Fator de Capacidade	(11.672.593,59)
Efeito conjunto das alterações	947.111,20
Outros fatores não relacionados ao regime mutualista	(303.497.606,31)
Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2021	(310.644.930,07)
Ajuste de Precificação em 31/12/2021	139.694.736,00
Déficit Técnico Acumulado (por Equilíbrio Técnico Ajustado) em 31/12/2021	(170.950.194,07)

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2021

12 FUNDOS

12.1 Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais são compostos pelo saldo do Plano de Pecúlio e pelo saldo do Fundo Coletivo de Risco.

O Plano de Pecúlio é um Plano de Benefício Previdenciário patrocinado pela Celesc e pela CELOS para os seus Empregados, previsto em Acordo Coletivo de Trabalho firmado com os sindicatos representantes das respectivas categorias profissionais. Conforme dispõe o Regulamento, o Plano de Pecúlio oferece aos beneficiários designados pelo Participante, com base no cadastro da CELOS, os benefícios de Pecúlio por Morte Natural e Pecúlio por Morte Acidental. Ao Participante que vier a se aposentar por invalidez permanente, assim reconhecida pelo INSS ou equivalente, será pago 75% do valor do benefício de Pecúlio por Morte Natural, a título de adiantamento. Os 25% restantes serão pagos, após o seu falecimento, aos beneficiários designados pelo Participante.

O Plano de Pecúlio é custeado paritariamente pelos Participantes e pelas Patrocinadoras, mediante contribuição fixada anualmente pelo Conselho Deliberativo da CELOS, na forma prevista no Regulamento.

Já o Fundo Coletivo de Risco foi criado em razão dos novos ditames regulamentares inseridos na versão 14 do Regulamento do Plano Misto. Este Fundo tem a finalidade de prover recursos para a concessão de Pecúlio por Entrada em Invalidez e de Pecúlio por Morte do Participante Não Assistido, objetivando preservar a solvência em situação na qual as contribuições recebidas num determinado mês sejam inferiores aos recursos necessários para a concessão dos referidos benefícios.

Atuarialmente, estes Fundos são calculados pelo Atuário Externo legalmente responsável pelos Planos Previdenciários, Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda. - ME, que assumiu em 10 de junho de 2020, conforme Ato Deliberativo COD 23/2020.

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

TABELA 49 – FUNDOS PREVIDENCIAIS (R\$ MIL)

	2021	2020
Plano de Pecúlio	12.847	12.218
Coletivo de Risco	618	280
Total	13.465	12.498

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

12.2 Fundos Administrativos

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração de empréstimos, taxa administrativa previdencial, taxa administrativa do Plano de Pecúlio, receitas diretas e despesas administrativas.

Cabe ressaltar que a participação do Plano Transitório no Fundo Administrativo foi de R\$4.802 em 2021 (R\$4.542 em 2020), já do Plano Misto foi de R\$44.610 em 2021 (R\$37.354 em 2020). O Plano de Pecúlio contribuiu em 2021 com R\$128, e em 2020 com R\$94. Ressalta-se que a participação de cada Plano no Fundo Administrativo é proporcional ao saldo dos recursos garantidores do referido Plano Previdenciário (ver **Nota Explicativa nº 3.10**).

12.3 Fundos para Garantia das Operações com Participantes

Na rubrica Fundos para Garantia das Operações com Participantes está registrado o Fundo de Cota de Quitação – FCQ, que tem como objetivo a constituição de uma reserva financeira de garantia com finalidade única e exclusiva de realizar a quitação do saldo devedor de empréstimo contraído junto à CELOS, de responsabilidade do Participante Ativo ou Assistido, para o caso de seu falecimento. Este Fundo é capitalizado mensalmente pela instituição da cobrança de um Prêmio que o Participante paga à CELOS no momento da concessão do empréstimo. A taxa desse Prêmio é cobrada em parcela única, calculada atuarialmente, no momento da liberação do crédito. Vale observar que no caso de reforma do empréstimo será cobrado somente sobre o valor solicitado, deduzido o saldo devedor do empréstimo anterior.

A taxa destinada à fonte de custeio para cobertura do FCQ, como prêmio especificado no contrato mútuo, é fixada de acordo com a idade do Participante, prazo de amortização e valor concedido a título de empréstimo.

Ressalta-se que os recursos líquidos do respectivo Fundo serão aplicados de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos do Plano de Benefício que o Participante está inscrito, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo. A apropriação dos rendimentos, decorrente da aplicação dos recursos líquidos do FCQ, será proporcional à sua participação no total dos investimentos ou à rentabilidade efetiva, se aplicada separadamente. Por fim, a movimentação dos recursos ocorrerá com o falecimento do Participante, liquidando-se o saldo devedor no final do mês em que ocorreu o óbito ou nos meses seguintes, após apresentação da certidão de óbito na CELOS.

A participação do Plano Transitório no FCQ é de R\$2.553 em 2021 (R\$2.290 em 2020), e do Plano Misto é de R\$17.909 em 2021 (R\$16.108 em 2020).

13 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A CELOS reconheceu o ajuste de precificação no exercício de 2021, de acordo com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, na Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (Misto e Transitório), o qual corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria mantida até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos. Tal ajuste está restrito aos títulos públicos federais, cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham o seu valor, ou nível previamente estabelecidos, cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles Planos de Contribuição Variável que adquirirem características de benefício definido na fase de concessão, como é o caso do Plano Misto de Benefícios, calculado por meio do Sistema Venturo, desenvolvido pela PREVIC para este fim.

14 CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Em atenção ao disposto na Resolução CFC nº 1.180, de 04 de agosto de 2009, e Pronunciamento Técnico CPC nº 25, que estabelecem a necessidade de uma descrição da natureza do ativo contingente quando for provável a entrada do benefício econômico, apresenta-se a seguir os ativos contingentes da CELOS, em 31 de dezembro de 2021.

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

O Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND foi criado em 23 de julho de 1986 pela União, com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários ao desenvolvimento nacional e ampliação das atividades econômicas.

A forma de financiamento do FND foi através de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, cuja compra foi compulsória para todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC por força do Decreto-Lei nº 2.288.

O prazo de vencimento das OFNDs foi de 10 anos e sua remuneração iria acompanhar a variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN (uma espécie de título público existente na época).

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos seguiu a regra imposta originalmente, mas após essa data começou a sofrer sucessivas alterações que visavam corroer a atualização monetária num período de inflação elevada. Assim, a partir de março de 1991 o papel foi completamente desatrelado da inflação, passando a ser ajustado apenas pela Taxa Referencial – TR.

Haja vista que a compra do papel foi uma imposição do Governo e que a remuneração do mesmo foi arbitrariamente reduzida abaixo da inflação, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP ingressou com uma ação coletiva objetivando uma recomposição da parcela da remuneração que deixou de ser auferida na época. A CELOS fez parte dessa ação coletiva.

Em 29 de novembro de 2010, a ação transitou em julgado no STJ, reconhecendo o direito das EFPCs ao referido valor de correção. Também nesse mesmo ano foi promulgada a Lei nº 12.431, extinguindo o FND e transferindo à União os direitos, obrigações e ações judiciais em que este seja autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interessado; ou seja, os valores a receber seriam cobrados da União.

Logo em 2011 foi iniciada a fase de liquidação dos valores, sendo que diversos pontos complexos sobre a forma de remuneração foram discutidos, notavelmente em virtude das muitas alterações em planos econômicos ocorridos ao longo dos primeiros anos da década de 90. Isso, somado ao fato de que a ação tinha muita relevância financeira para a União, fez com que o processo tivesse uma tramitação bastante lenta desde então.

No ano de 2021 a ABRAPP foi capaz de chegar a um acordo com a Advocacia Geral da União – AGU para encerramento da ação judicial. No caso da CELOS, a proposta de acordo é da monta de R\$10.415.035,05; no somatório de todas as EFPCs, o valor a ser pago pela União é de R\$8,2 bilhões.

Considerando a estimativa de melhor e pior cenário a ser recebido na ação judicial de liquidação, o tempo ainda a ser decorrido até uma decisão definitiva e a existência de possibilidade de pagamento de sucumbência nessas ações, as EFPCs aprovaram a realização do acordo nos valores indicados acima em assembleia geral da ABRAPP realizada em 23 de novembro de 2021.

Nesse momento, segundo a atualização da ABRAPP, está pendente a homologação do acordo pela AGU e pelo Ministério da Economia – ME, após o que será peticionado na ação de liquidação. O pagamento desse valor se dará através do recebimento de precatórios da União.

15 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS tem adotado de forma permanente as melhores práticas de governança corporativa, nos moldes recomendados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A adoção dessas práticas resulta na elaboração e atualização permanente de normas, manuais, regimentos, procedimentos, instruções de trabalho e demais documentos que orientam a relação da CELOS com o seu público externo e interno. Os Dirigentes da CELOS entendem que a adoção das melhores práticas

de governança corporativa contribui para a transparência e o fortalecimento do vínculo fiduciário com os seus Participantes, Entidades Representativas, Patrocinadoras e Empregados.

Em 2021, a CELOS atualizou a sua Política de Investimentos e estrutura aos ditames da Resolução CMN nº 4661, de 25 de maio de 2018, conquistou a recertificação da ISO 9001:2015 para o próximo triênio para toda a Entidade, ampliou o conteúdo do Portal da Transparência incluindo as informações contábeis, tornando-o de acesso público e como principal ferramenta para a divulgação ativa das informações da Entidade, conforme preconiza a Resolução CNPC nº 32, de 04 de dezembro de 2019. Além disso, deu continuidade às ações definidas no Plano Estratégico para o período 2019/2023, alterando o seu Estatuto Social, aprovada versão 7 em 13 de dezembro de 2021, para a finalidade de se constituir como instituidora de Planos Previdenciários. Em meados de 2021 expirou a adesão da CELOS ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos da ABRAPP. Para 2022 há previsão de retomada dessa adesão por meio de planos de ação já delineado pela Entidade.

Um dos aspectos relacionados à governança corporativa é a Gestão de Riscos, sendo este um processo dinâmico e de aprimoramento contínuo cada vez mais incorporado à cultura da organização, com o objetivo de disponibilizar a melhor informação para a tomada de decisões táticas e estratégicas. Atualmente há Planos de Riscos para todas as áreas técnicas e processos da Entidade, que são atualizados constantemente de acordo com mudanças de contexto interno e externo.

A Entidade é sustentada por uma estrutura organizacional formalmente composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, assessorados por um conjunto de comitês e comissões internas, com atribuições e responsabilidades formalizadas e em conformidade com as principais normas em vigor, como a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004 e a Resolução Normativa ANS nº 443, de 25 de janeiro de 2019. A estrutura de controles internos está evidenciada nos Procedimentos Operacionais e Instruções de Trabalhos organizados no Sistema de Gestão da Qualidade, no Código de Conduta Ética e nas diversas Políticas Institucionais, sendo estes documentos conhecidos e disponíveis a todos os Empregados, Diretores e Conselheiros, nas atribuições de autoridade e responsabilidade dos Empregados e Gerentes, e na existência de uma área de Controles Internos e Compliance responsável, junto às demais áreas, pela condução do processo de avaliação, monitoramento e controle dos riscos, pelas atividades de compliance de investimentos, controle de gestão da qualidade, monitoramento de obrigações legais e jurídico interno.

A Gestão de Riscos da CELOS é um processo contínuo, personalizado e acompanhado por Empregados de todos os níveis da Fundação, e considera em sua tomada de decisão alguns conceitos e parâmetros como: impacto da volatilidade dos ativos (risco de mercado); riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito); riscos decorrentes da negociação de ativos, convertendo-os em dinheiro (risco de liquidez); risco da não formação de reservas adequadas com os compromissos atuariais (risco atuarial); risco de falhas em processos (risco operacional); riscos oriundos de ações judiciais (risco jurídico); e riscos de perda de credibilidade (risco de imagem).

A Entidade também conta com a área de Gestão Estratégica que, dentre suas atribuições, conduz, monitora e controla processos relacionados à política de gestão de pessoas, que estabelece normas de recursos humanos e compromisso com o desenvolvimento e a competência, evidenciados em Procedimentos Operacionais e Instruções de Trabalho formalizadas que tratam de treinamento, formação e capacitação profissional, além de monitorar obrigações legais relacionadas à habilitação/certificação e qualificação de Dirigentes e Conselheiros. Por fim, destaca-se a existência do PMO (Project Management

Office), equipe responsável pelo gerenciamento de projetos estratégicos e táticos, padronizando os processos relativos ao gerenciamento e melhorando a eficiência dos mesmos, conforme prioridades e definições constantes no Plano Estratégico 2019/2023 da Entidade. Em razão da entrada em vigor da Lei nº 13709, 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, a CELOS conta com um Encarregado como responsável pelo tratamento dos dados pessoais e interface com os titulares dos dados e os órgãos de fiscalização, supervisão e controle.

16 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)

Em atendimento ao disposto no art. 27 e Parágrafo Único da Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, as Demonstrações Financeiras devem ser apresentadas por Plano de Benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os Planos, Participação do Fundo Administrativo nos Planos Previdenciários, Superávit e Déficit Técnico, dentre outros.

A CELOS, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Financeiras, de 31 de dezembro de 2021, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos na consolidação:

TABELA 50 – CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (R\$ MIL)

	2021					
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano de Pecúlio	PGA	Assistencial	Consolidado
Disponível	83	268	29	70	-	449
Realizável	704.925	3.323.104	12.954	51.552	-	4.042.995
Gestão Previdencial	326.441	402.156	-	-	-	728.597
Gestão Administrativa	4.802	44.610	128	10.491	-	10.491
Contas a Receber	-	-	-	279	-	279
Participação Fundo Administrativo	4.802	44.610	128	-	-	(49.539)
Depósitos Judiciais	-	-	-	9.794	-	9.794
Tributos a Compensar	-	-	-	131	-	131
Outros Realizáveis	-	-	-	287	-	287
Investimentos	373.681	2.876.339	12.827	41.061	-	3.303.907
Imobilizado e Intangível	-	-	-	7.891	-	7.891
Gestão Assistencial	-	-	-	-	137.647	137.647
Total do Ativo	705.007	3.323.372	12.983	59.512	137.647	4.188.982
Exigível Operacional	(794)	(14.861)	(8)	(2.203)	-	(17.867)
Gestão Previdencial	(550)	(9.250)	-	-	-	(9.800)
Gestão Administrativa	-	-	-	(2.202)	-	(2.202)
Investimento	(244)	(5.611)	(8)	(1)	-	(5.865)
Exigível Contingencial	(14.361)	(18.442)	-	(9.794)	-	(42.597)
Gestão Previdencial	(14.361)	(18.442)	-	-	-	(32.803)
Gestão Administrativa	-	-	-	(9.794)	-	(9.794)
Patrimônio Social	(609.052)	(3.290.009)	(12.975)	(49.539)	-	(3.992.090)
Patrimônio de Cobertura do Plano	(682.497)	(3.226.932)	-	-	-	(3.909.430)
Provisões Matemáticas	(716.520)	(3.537.577)	-	-	-	(4.254.097)
Equilíbrio Técnico	34.023	310.645	-	-	-	344.668
Fundos	(7.355)	(63.137)	(12.975)	(49.539)	-	(83.466)
Fundos Previdenciais	-	(618)	(12.847)	-	-	(13.465)
Fundos Administrativos	(4.802)	(44.610)	(128)	(49.539)	-	(49.539)
Fundos dos Investimentos	(2.553)	(17.909)	-	-	-	(20.461)
Gestão Assistencial	-	-	-	-	(137.647)	(137.647)
Total do Passivo	(705.007)	(3.323.372)	(12.983)	(61.537)	(137.647)	(4.191.006)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

17 PARTES RELACIONADAS

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 05 – Partes Relacionadas, as transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades de grupo econômico devem ser divulgadas nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis às praticadas com terceiros.

17.1 Transações com o Patrocinador

Em 31 de dezembro de 2021, a CELOS possuía ações da Celesc em sua carteira de investimentos (ver **Nota Explicativa 6.3**).

17.2 Operações com Participantes

Representa as operações de empréstimos concedidos aos Participantes de acordo com o Regulamento vigente, registradas pelo valor original acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Financeiras, líquidos de provisão para cobrir possíveis Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (ver **Nota Explicativa 6.6**).

17.3 Remuneração dos Administradores e Conselheiros – Pessoal Chave

Em conformidade com Estatuto Social, versão 6, vigente desde 17 de setembro de 2015 até 12 de dezembro de 2021, o quadro abaixo demonstra as remunerações/verba de representação pagas aos membros dos Órgãos Estatutários:

TABELA 51 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS (R\$ MIL)

	2021	2020
Remuneração Diretoria Executiva	1.074	1.023
Remuneração Conselho Deliberativo	284	273
Remuneração Conselho Fiscal	189	181
Total	1.547	1.477

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2021

18 COVID-19

O exercício 2021 deu continuidade a convivência da Entidade com a COVID-19, atendendo as demandas e orientações das autoridades públicas, ao mesmo tempo em que foram aprimorados os formatos de organização do trabalho remoto, visando mitigar os impactos para os Empregados, Participantes Ativos e Assistidos.

Os órgãos de regulação, supervisão, fiscalização e controle mantiveram o monitoramento setorial ao longo de 2021 e retomaram gradativamente as suas atividades, com destaque para o acompanhamento das atividades operacionais e o posicionamento da Entidade frente as operações de investimentos, visando garantir o apropriado funcionamento do sistema e proteger a poupança previdenciária dos Participantes.

Os Órgãos Estatutários da CELOS mantiveram em 2021 as agendas regulares de reuniões, em sua maior parte por meio remoto, cumprindo os Planos de Trabalho definidos ao final de 2020 e mantendo a observância das condições de liquidez e equilíbrio dos planos frente a volatilidade do mercado observada ao longo do ano.

Algumas medidas excepcionais adotadas no início da pandemia, como a renegociação de empréstimos, suspensão temporária de obrigações e renegociação de contratos de locação foram sendo gradativamente superadas ao longo de 2021, voltando em grande parte a normalidade das atividades ao final do ano.

Ao final do exercício constatou-se que as medidas adotadas pela CELOS foram adequadas, tendo em vista que permitiu a continuidade dos negócios sem prejuízos aos interesses das partes interessadas na Entidade, ao mesmo tempo em que o aprimoramento do formato de trabalho tornou o ambiente mais seguro e adequado ao contexto da pandemia, além de proporcionar redução nos custos administrativos.

19 EVENTOS SUBSEQUENTES

19.1 Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021

O Conselho Nacional de Previdência Complementar publicou a Resolução CNPC nº 48, em 08 de dezembro de 2021, que dispõe sobre as fontes, os limites para custeio administrativo, os critérios e os controles relativos às despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar. Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

19.2 Fundo de Investimentos em Participações Energia PCH

O Fundo de Investimentos em Participações Energia PCH teve a venda de seus ativos aprovada em assembleia geral de cotistas realizada em 15 de outubro de 2021. A liquidação financeira dessa venda ocorreu em evento subsequente ao fechamento dessa demonstração em função de condições precedentes que deviam ser concluídas antes do encerramento da operação. O pagamento do valor da venda ao fundo aconteceu em 25 de janeiro de 2022 e a distribuição de valores aos cotistas é estimada para fevereiro de

2022, com os seguintes valores para a CELOS: Plano Misto (R\$223milhões); Plano Transitório (R\$35milhões); e Plano de Pecúlio (R\$700mil).

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel

Diretora Presidente

CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino

Diretor Administrativo-Financeiro

CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira

Diretor de Seguridade

CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura

Contadora CRC/SC nº 039938/O

CPF nº 070.535.319-29

**FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE
SOCIAL - CELOS**
CNPJ Nº 82.956.996/0001-78

Florianópolis - SC

**(Demonstrações Contábeis do Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2021)**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Administradores da
FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por planos de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falhas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2022.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.552/O-5 S/SC
CVM Nº 7.862

MOACIR JOSE

GRUNITZKY:41501764934

Assinado de forma digital por MOACIR
JOSE GRUNITZKY:41501764934
Dados: 2022.02.04 11:50:58 -03'00'

MOACIR JOSÉ GRUNITZKY
CRC PR-025.759/O-1-S/SC



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS – REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2021

No cumprimento das disposições legais e em conformidade com o inciso I do Art.34 do Estatuto Social da Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS, o Conselho Fiscal da CELOS, após examinar o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social Consolidada, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido do Plano Transitório, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido do Plano Misto, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido do Plano Pecúlio, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Transitório, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Misto, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Pecúlio, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Transitório, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Misto, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Pecúlio, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, e com base nos Pareceres do Atuário externo legalmente responsável pelos Planos Previdenciários, Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda. - ME, emitidos em 31 de janeiro de 2022 para os Planos Misto e Transitório, em 01 de fevereiro para o Plano Pecúlio, e Relatório da Auditoria Independente emitido pela Grunitzky Auditores Independentes, datado de 04 de fevereiro de 2022, e dos controles e acompanhamentos executados durante o exercício social de 2021, entende que as demonstrações contábeis retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CELOS em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as mutações patrimoniais e os resultados de suas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação do CNPC e PREVIC aplicáveis ao segmento fechado de previdência complementar. Ante o exposto, concluímos que as Demonstrações Financeiras da CELOS reúnem as condições necessárias para serem aceitas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em cumprimento com o que determina o Estatuto da CELOS, recomendando o devido encaminhamento desta documentação para apreciação do Conselho Deliberativo.

Florianópolis/SC, 04 de março de 2022.

Benhour de Castro Romariz Filho

Cleber Borges da Silva

José Carlos Ferreira Júnior

Rogéria Rodrigues Machado



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS

O Conselho Deliberativo da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, em cumprimento às atribuições que lhe confere o inciso XIII do Artigo 29 do Estatuto Social (Versão 7), reuniu-se, extraordinariamente, em 15 de março de 2022, para examinar as Demonstrações Financeiras dos Planos Previdenciários relativas ao exercício de 2021, apresentadas pela Diretoria Executiva.

Após o exame da documentação e aprovação da Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo, embasado no pronunciamento favorável da Grunitzky Auditores Independentes, de 04.02.2022, e no Parecer do Conselho Fiscal, de 04.03.2022, aprovou, por unanimidade, os documentos apresentados, os quais devem ser divulgados na forma da legislação vigente.

Florianópolis, 15 de março de 2022.

Fabiano Moreira de Matos
Presidente do Conselho Deliberativo

Rafael Olegário da Costa
Membro do Conselho Deliberativo

Fernando Yamakawa
Membro do Conselho Deliberativo

Felipe Rafael Klering Braga
Membro do Conselho Deliberativo

Geraldo Prus
Membro do Conselho Deliberativo

João Roberto Maciel
Membro do Conselho Deliberativo

(Ata COD 10/2022)